

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 63
JAN/FEV 2026

#490

O PESO DOS JUROS NO
BOLSO DA BAIXA RENDA

AS MÃOS QUE GIRAM
A ECONOMIA CIRCULAR

ENTREVISTA

Sidarta Ribeiro

"Nessa pandemia de telas, inibimos,
frustramos e até atrofiamos a imaginação."

HISTÓRIA

**80 anos da
Constituição de 1946**

A missão era restaurar a democracia,
abolida pelo Estado Novo

Na rota do mundo

RECORDE DE TURISTAS
E FAMA NAS REDES
SOCIAIS EMPOLGAM,
MAS INFRAESTRUTURA
E SEGURANÇA FREIAM
POTENCIAL DO BRASIL



Procurando aprendiz?

Tem jovem no Senac!



**CONHEÇA O
PROGRAMA SENAC DE APRENDIZAGEM**

sp.senac.br/jovem-aprendiz

PRESIDENTE Abram Szajman

VICE-PRESIDENTE Ivo Dall'Acqua Júnior

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges

PB

revistapb.com.br

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

SUBEDITORA Dimalice Nunes

REVISÃO Flávia Marques

DIRETORA DE ARTE Carolina Lusser

EDITORES DE ARTE Paula Seco,
Joélson Buggilla e Alberto Lins

DESIGNERS Annima de Mattos, Débora Faria,
Jônia Caon e Priscila Gonzaga

PROJETO GRÁFICO Paula Seco

CAPA Joélson Buggilla

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI,
Antonio Lanzana, Caio Magri, Carol Castro,
Danielle Fonseca, Guilherme Meirelles,
Herbert Carvalho, Jean Galvão, Leandro Garcia,
Mônica Sodré, Nanci Vieira, Pâmela Brito e Paulo Delgado

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Maria Izabel Collor de Mello

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

REDES SOCIAIS

CONTEÚDO Giovanna Costanti

DESIGN Lilian Doring

TRÁFEGO João Roz

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da PB. A publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

FALE COM A GENTE
publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #490

O Brasil nunca recebeu tantos turistas estrangeiros como em 2025 — foram mais de 7,6 milhões somente até outubro. O País desperta curiosidade no exterior, com uma ajuda especial das celebridades que passam por aqui e enaltecem o modo de ser do brasileiro nas redes sociais. Nossa música, nosso cinema, a comida e as paisagens atraem os viajantes, e o jeitinho brasileiro faz com que voltem. Mas ainda há entraves, como a infraestrutura, uma política pouco flexível para vistos e problemas de governança e segurança.

A FecomercioSP acredita que a informação aprofundada é um instrumento fundamental de qualificação do debate público sobre assuntos importantes — não só para a classe empresarial, como também para toda a sociedade. É nesse sentido que a Entidade pública, bimestralmente, a Revista Problemas Brasileiros.

 revistapb.com.br

 [Revista Problemas Brasileiros](#)

 [@pbrevista](#)

 [@canalUMBRASIL](#)

É retratando
e analisando
a pluralidade,
a diversidade e
a complexidade
do Brasil que a
PB se atualiza
e se reinventa.

Reportagens, artigos,
ensaios e podcasts
que lançam um olhar
abrangente sobre a
sociedade, a política,
a cultura e as
pessoas do País.

 revistapb.com.br

 [Revista Problemas Brasileiros](#)

 [@pbrevista](#)

 [@canalUMBRASIL](#)



8 Entrevista
SIDARTA RIBEIRO: "QUANDO A ASPIRAÇÃO SÃO COISAS, AS PESSOAS SÃO TRATADAS COMO COISAS E AS COISAS, VALORIZADAS COMO PESSOAS"

12 Capa
A FORÇA DO 'BRAZIL CORE'

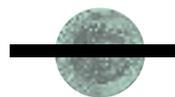
18 Economia
O PESO DOS JUROS PARA OS MAIS POBRES

22 Artigo
"A INEVITÁVEL CORREÇÃO DOS RUMOS DA POLÍTICA FISCAL", POR ANTONIO LANZANA

23 Artigo
"UM PAÍS AFOGADO DE POLÍTICA", POR PAULO DELGADO



26 Notas
SITE PB E OUTROS DESTAQUES



28 Mobilidade urbana
A TARIFA ZERO É VIÁVEL?



32 Artigo
"O PAPEL DAS EMPRESAS NA TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL", POR CAIO MAGRI

34 Sustentabilidade
AS MÃOS QUE RODAM A ECONOMIA CIRCULAR



* 40 Ciência
"BRASILEIROS INFLUENTES", POR AGÊNCIA BORI

42 PB Indica
PARA LER E VER

43 Artigo
"O FENÔMENO ITAMAR VIEIRA JÚNIOR", POR LEANDRO GARCIA

44 História
HÁ 80 ANOS, UMA CONSTITUIÇÃO QUE DEVOLVIA DIREITOS

46 Charge
"SAY CHEESE!"



SIL - BRASIL - BRASIL - BRASIL



Nós podemos mais



O Brasil está presente diariamente nas telas dos celulares no mundo inteiro. Somos reconhecidos como o povo mais divertido e um dos mais amigáveis do planeta, com uma identidade cultural singular, como revela a reportagem de capa desta edição, baseada nos dados do Índice Global de Soft Power.

O impacto recente de produtos culturais brasileiros no cenário internacional, somado à presença no País de grandes nomes da mídia pop global, também tem impulsionado essa visibilidade. No ambiente digital, o Brasil se projeta como um destino vibrante e festivo. Esses fatores, aliados ao câmbio favorável — que, no início do ano, permitia ao turista estrangeiro trocar cada dólar por mais de R\$ 6 —, contribuíram para um marco histórico: 7,6 milhões de chegadas internacionais até outubro, um crescimento de 31% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ainda assim, é cedo para comemorar. Não é de hoje que criticamos essa situação e apresentamos ao Poder Público medidas para garantir o aprimoramento desse mercado. Isso porque continuamos aquém do enorme potencial que nossas belezas naturais oferecem. Contamos com quase 8 mil quilômetros de litoral e destinos de alto valor turístico, mas ainda muito distantes das cifras de cidades como Paris, Nova York ou Roma, que recebem de 10 milhões a 40 milhões de visitantes por ano.

Os obstáculos são velhos conhecidos do setor privado. Infraestrutura insuficiente, desafios na segurança pública e falta de programas integrados de investimento no Turismo. No campo da Infraestrutura, é preciso ampliar a distribuição de visitantes estrangeiros para além dos polos tradicionais do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro — movimento que começa a despontar, mas ainda precisa ganhar escala.

E se no *soft power* ocupamos a 15ª posição, quando o assunto é segurança, o País despenca para o 152º lugar na percepção de potenciais viajantes. Essa disparidade obriga o empresariado a remar contra a maré para convencer o turista de que somos, de fato, um destino acolhedor.

Para que o Brasil avance no seu potencial turístico, ampliando receitas e gerando empregos, será indispensável enfrentar esses gargalos com políticas consistentes e parcerias com a iniciativa privada. Somente assim essa vocação renderá resultados duradouros.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

- BRASIL - BRASIL



PELO DIREITO DE SONHAR

entrevista MÔNICA SODRÉ
edição de texto DIMALICE NUNES

A CAPACIDADE DE SONHAR — DORMINDO OU ACORDADO — NÃO É CENTRAL APENAS NA CONSTRUÇÃO DE DESEJOS INDIVIDUAIS, MAS TAMBÉM PARA O QUE QUEREMOS COMO SOCIEDADE. É O QUE DEFENDE O NEUROCIENTISTA **SIDARTA RIBEIRO**, PROFESSOR NO INSTITUTO DO CÉREBRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (ICE/UFRN) E PESQUISADOR NO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA FIOCRUZ (CEE-FIOCRUZ). “PRECISAMOS REFLORESTAR NOSSAS MENTES, QUE ESTÃO DESERTIFICADAS PELA ADORAÇÃO AO DINHEIRO”, AFIRMA O AUTOR DE *O ORÁCULO DA NOITE: A HISTÓRIA E A CIÊNCIA DO SONHO* (COMPANHIA DAS LETRAS, 2019). E O QUE SONHAR PARA O BRASIL? SEGUNDO RIBEIRO, A ESCOLA É A INSTITUIÇÃO CAPAZ DE “EQUALIZAR OPORTUNIDADES” E SEU SONHO É TÃO SIMPLES QUANTO DIFÍCIL DE REALIZAR: “QUEM TEM MAIS AJUDA QUEM TEM MENOS”.

Depreendi do seu penúltimo livro – *Sonho manifesto: dez exercícios urgentes de otimismo apocalíptico* (Companhia das Letras, 2022) – que, a despeito do crescimento econômico, somos uma sociedade pobre, que adora o dinheiro e tem dificuldade de valorizar o sagrado. Como resolver essa conjuntura a partir de agora e daqui para a frente?

Não são problemas exclusivos do Brasil. Mas o País, por ter um passado colonial e escravagista, tem certas mazelas extremamente aguçadas. É evidente que o nosso principal problema é o desalinhamento entre a fé professada e a prática das pessoas. Um país onde 90% das pessoas se declaram cristãs deveria aderir aos preceitos do Evangelho — partilha, compaixão, amor e solidariedade. No entanto, não acontece de fato, e a maior parte da população vive em condições muito precárias. Existe um grande desacerto. Por que estamos vivendo tão mal? Por que não conseguimos, num país com tantas riquezas naturais, humanas e culturais, compartilhar desses benefícios? Isso tem a ver com o achatamento, o massacre, do mundo interno, do mundo do imaginário, da construção das nossas florestas internas. Então, precisamos reflorestar nossas mentes, que estão desertificadas pela adoração ao dinheiro. Quando as maiores aspirações das pessoas são coisas, elas começam a ser tratadas como coisas e as coisas, valorizadas como pessoas. Precisamos decifrar esse enigma, porque, afinal de contas, as melhores coisas da vida são grátis ou muito baratas. O que a gente realmente precisa para viver bem é de amor, partilha, conforto e acolhimento. Se conseguirmos “desneurotizar” a sociedade, isso estará ao alcance das mãos. Apesar de todas as mazelas, os brasileiros têm uma imensa alegria, um prazer de viver que, na verdade, é um reservatório para o planeta. Mas precisamos ser capazes de transformar bom humor em bem-viver para todos.

Por esse aspecto, é possível dizer que estamos sonhando errado?

Com certeza. É muito evidente, olhando o noticiário econômico, que temos os objetivos errados. O nosso sonho é desenvolvimento econômico ou viver bem? Porque quando falamos de desenvolvimento, falamos de algo que não está envolvido, que se desenvolve. Precisamos nos envolver — com as crianças, com os mais velhos, com nossos biomas, com a vida. Se a gente olhar para a Escandinávia, um país onde os mais ricos pagam mais de 50% de impostos, a população consegue andar pelas ruas, pegar um ônibus ou um metrô, ir ao cinema sem estar o tempo todo com medo. A gente precisa construir uma sociedade sem medo e isso só pode ser alcançado subindo o piso e limitando o teto. Consigo compreender que uma pessoa queira ter um iate, um avião, mas por que ela precisa ter dois iates? Isso é uma doença.

Como país, quais sonhos deveríamos ter?

O que acho que realmente seja o pulo do gato, em que precisamos de uma intenção revolucionária, é na educação. Se conseguirmos, de maneira consistente, oferecer educação de qualidade para todo mundo, poderemos, de fato, dar um grande salto. E se existe uma instituição capaz de equalizar oportunidades é a escola. A escola é estratégica. Professoras e professores precisam ser extremamente valorizadas e valorizados, são carreiras de Estado essenciais. É um absurdo que uma professora do ensino fundamental ganhe tão menos do que um professor universitário. Não é possível que a gente não dê à educação a centralidade que ela merece, e isso passa pela valorização financeira. Além dessa questão, a valorização precisa ser simbólica, o que passa também por um diálogo diferente com as nossas crianças e jovens, que, muitas vezes, não entendem o que estão fazendo na escola. Precisamos de um grande pacto nacional pela educação, uma revolução educacional. É muito importante falarmos da educação para além de qualquer bandeira político-partidária, pois isso é do interesse estratégico da Nação. Qualquer um que esteja alinhado com esse objetivo é um aliado — e a pessoa que está contra é inimigo do povo brasileiro.

Essa alegria “imotivada pela vida” — citando o imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) Eduardo Giannetti [*filósofo e escritor*] — é elemento substantivo para a construção desse sonho futuro?

É um elemento maior. A alegria é a prova dos nove, né?! Na educação, sabemos que aquilo que é aprendido é o que se aprende com emoção. Nos séculos 18, 19 e início do século 20, essa emoção era o medo. Esse temor foi desconstruído e entendemos que, na educação, não cabe medo nem dor. Se a gente for capaz de transformar essa alegria — e o Brasil é um repositório de alegria — em política de Estado, em um compromisso de agentes públicos e privados, estaremos contribuindo para que nossas filhas e filhos, netas e netos, herdem um país e um planeta melhores. É importante que todos olhem para o seu íntimo e considerem que podemos viver melhor se formos capazes de espalhar benefícios.

Somos uma sociedade que dorme pouco e mal. Qual é a relação disso com a capacidade de sonhar?

É uma relação muito íntima e direta. Quando dormimos mal, estamos contratando doenças — em curto, médio e longo prazos. Uma pessoa que dorme mal por uma noite, no dia seguinte tem menos capacidade de aprender e de resgatar o que já sabe. Vai ter uma péssima regulação emocional, ficar irritada. Há um dano social. Existem estudos mostrando que dormir mal desagrega as pessoas. No médio prazo, há prejuízos como diabetes, doenças cardiovasculares, obesidade, depressão e ansiedade. No longo prazo, mais predisposição para a doença de Alzheimer, porque o sono é responsável por desintoxicar o cérebro das proteínas malformadas — que vão, eventualmente, quando acumuladas, provocar o Alzheimer. Dormir mal é um péssimo negócio para todo mundo. O problema é que a nossa sociedade está totalmente construída em torno do dormir mal, as pessoas têm a sensação de que precisam ficar acordadas até a exaustão. Precisamos de um grande pacto pelos elementos fundamentais da saúde — sono, alimentação de qualidade e exercício físico. No que diz respeito ao sonho, o sonho da noite acontece principalmente na segun-



QUANDO AS MAIORES
ASPIRAÇÕES DAS
PESSOAS SÃO COISAS,
ELAS COMEÇAM A SER
TRATADAS COMO COISAS E
AS COISAS, VALORIZADAS
COMO PESSOAS.

da metade do sono. Quando alguém dorme pouco, perde horas dessa segunda metade, dominada pelo sono do tipo REM. Isso significa, literalmente, menos sonhos. Agora, esse sonho é a base da construção do futuro. O que fazemos ao imaginar o futuro é sonhar. Existe uma relação muito íntima entre sonho e imaginação. Então, se quisermos de fato construir um futuro melhor, precisaremos resguardar o sono e o sonho.

E qual é a diferença entre sonho e imaginação?

É uma diferença de grau, de intensidade. Se olharmos o cérebro de uma pessoa que está sonhando durante o sono e uma pessoa que está imaginando, perceberemos que as mesmas regiões cerebrais são ativadas, mas com uma intensidade muito maior durante sonhos do sono. Na verdade, a imaginação é um tipo de sonho, é o sonho mais tênue, mas, não obstante, extremamente necessário. Até porque utilizamos a ideiação o tempo todo: vou fazer tal coisa, vou sair daqui, vou almoçar e, depois, vou trabalhar. São minissonhos, pla-

nos de futuro que envolvem as mesmas regiões cerebrais. Nessa pandemia de telas, estamos inibindo, frustrando e até atrofiando a capacidade de imaginação, sobretudo dos jovens. Que mundo perigoso esse em que os robôs podem produzir imagens e as pessoas já não conseguem mais criá-las?

Com o que você sonha? Seja à noite, dormindo, seja para o futuro do País?

Tenho tentado valorizar mais ainda os meus sonhos, criando rotinas que permitam um sono de qualidade para produzir imagens que me orientem. E o que mais sonho, tanto dormindo quanto acordado, é que meus filhos possam viver num país melhor do que aquele onde eu vivo. Temo por esse futuro em que os robôs ameaçam tomar empregos. Temo por esse futuro em que um monte de gente mora na rua e isso está naturalizado. Precisamos resgatar essa dimensão coletiva e olhar para as outras pessoas com amor, com compaixão profunda, de verdade. Quem tem mais ajuda quem tem menos. É com isso que eu sonho.

**ASSISTA À
ENTREVISTA
NA ÍNTEGRA
POR MEIO
DESTE
CÓDIGO QR:**





O BRASIL ESTÁ NA MODA

Com recorde de turistas estrangeiros em 2025 – foram mais de 7,6 milhões até outubro –, o País desperta curiosidade no exterior. Nossa música, nosso cinema, a comida e as paisagens atraem os viajantes, e o jeitinho brasileiro faz com que voltem. Mas ainda há entraves, como a infraestrutura, uma política pouco flexível para vistos e problemas de governança e segurança, além da corrupção.

texto CAROL CASTRO

No fim do ano passado, a cantora britânica-albanesa Dua Lipa viveu plenamente o Rio de Janeiro por uma semana. Numa terça, pegou um forró em Botafogo, na zona sul. Quarta à tarde, assistiu ao ensaio da escola de samba Vila Isabel. À noite, vestida com uma camiseta verde e amarela, viu o Fluminense vencer o Flamengo no Maracanã. Na quinta, subiu até o Cristo Redentor e, em seguida, passou no Chanchada — um boteco também em Botafogo —, onde jogou baralho, tomou caipirinha e provou petiscos. As fotos da passagem pela cidade viraram uma postagem nas redes sociais com a legenda “Rio in my <3” (“Rio em meu coração”). A publicação ultrapassou 3 milhões de curtidas, com 30 mil comentários e mais de 170 mil compartilhamentos apenas nos primeiros dias. “Obrigada pela energia linda de vocês e por esse tempo tão especial nesta cidade. Sou realmente muito grata por estar aqui. Nesta semana eu tive a chance de explorar o Rio de verdade, a cidade e a cultura. Em todos os lugares, fui recebida com tanto amor que, sinceramente, eu nunca mais quero ir embora”, declarou a cantora, ao fim de seu show, no dia 22 de novembro.

Dua Lipa não foi a única celebridade internacional a demonstrar publicamente amor ao País. Em novembro de 2024, após fazer 15 shows no Brasil, o cantor norte-americano Bruno Mars apareceu sendo tatuado com uma imagem do Cristo Redentor no peito — não se sabe se a tatuagem era temporária ou permanente. Postou um vídeo com a suposta tatuagem e declarou “Eu te amo, Brasil. Bruninho vai voltar”. Na legenda, outra mensagem de carinho: “Um mês no Brasil e nunca mais serei o mesmo”. O vídeo alcançou mais de 13 milhões de curtidas, 668 mil comentários e 2,3 milhões de compartilhamentos.

“Essas manifestações ajudam muito na atração do estrangeiro para o Brasil. Temos pouco tempo de televisão no exterior, poucas notícias sobre o País. Então, é uma forma espontânea de mostrar quem somos”, explica Feliciano Guimarães, diretor acadêmico do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). “O que a Lady Gaga fez para a imagem do País [ela apresentou-se nas areias da praia de Copacabana, em maio de 2024, para mais de 2 milhões de pessoas] é fantástico. Ela colocou o Rio de Janeiro no mapa mundial, e isso também traz turistas”, destaca.

Uma postagem viral de uma celebridade internacional, ou de um influenciador, vale mais que muitas campanhas institucionais. A propaganda espontânea reforça como os estrangeiros enxergam o Brasil — um lugar vivo, cultural e acolhedor. Segundo o Índice Global de Soft Power, da consultoria de avaliação de marcas Brand Finance, o País aparece como o lugar com as pessoas mais divertidas do mundo, além de ocupar o nono lugar no quesito “pessoas mais amigáveis”.

Esse imaginário positivo é uma das razões pelas quais o Brasil cativa tantos estrangeiros que escolhem, na maioria das vezes, o destino sol e praia. Pela primeira vez, o País ultrapassou, em 2025, a marca de 7,6 milhões de turistas estrangeiros, dados que ainda não incluem os meses de novembro e dezembro. A expectativa é que, nos últimos 12 meses, tenha recebido cerca de 10 milhões de visitantes internacionais.

Não foi só o Brasil que recebeu mais viajantes no ano passado. A maioria dos países da América do Sul registrou caminhar parecido, com exceções de Argentina, Bolívia e Uruguai. Mas nenhum deles cresceu tanto quanto o Brasil, uma alta de 31% nas chegadas internacionais. Há alguns motivos para isso — econômicos, culturais e institucionais.

JEITINHO BRASILEIRO

Cada vez que Hope Solo, goleira da seleção de futebol feminino dos Estados Unidos nas Olimpíadas de 2016, tocava na bola, a torcida brasileira gritava em coro: “Ôôô, zika!”. Era uma provocação à atleta que, ao chegar à cidade do Rio de Janeiro para os jogos, mostrou em suas redes sociais um arsenal de repelentes e uma roupa à prova de mosquitos. Quando o boxeador Carlos Andres Mina, do Equador, entrou no ringue, também durante as Olimpíadas, a torcida cantou o hit *Pela-dos em Santos*, dos Mamonas Assassinas, relacionando o sobrenome do atleta ao primeiro verso da canção [“Mina, seus cabelo é da hora”]. Momentos como esses explicam por que o brasileiro é visto como o povo mais divertido do mundo.

“Naquela época, estávamos em uma crise, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, toda aquela falta de dinheiro. E o Rio de Janeiro é uma cidade difícil de ser organizada, houve vários problemas durante os Jogos Olímpicos. Mas a performance dos atletas e a alegria dos brasileiros no dia a dia, nas arquibancadas, fizeram com que, lentamente, aquela percepção negativa se tornasse positiva”, lembra Guimarães.

BRASIL - BRASIL - BRASIL - BRASIL - BRASIL

“O TURISMO TEM SE DESENVOLVIDO COM A ADOÇÃO DE POLÍTICAS INTERESSANTES. ESSES FATORES LEVARAM A IMAGEM DO BRASIL PARA OUTROS MERCADOS. O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE CONEXÕES DE NOVAS ROTAS TEM FUNCIONADO PARA SAIR DO EIXO RIO-SP.”

GUILHERME DIETZE,
presidente do Conselho
de Turismo da FecomercioSP

Não à toa, quando a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), em sua pesquisa mais recente, de 2025, pediu que estrangeiros definissem o Brasil em uma palavra, 20% escolheram “divertido” para traduzir o País. Outros 30% descreveram o Brasil como “empolgante” e outros 19% como “vibrante”, e palavra preferida deles é “exótico” (31%). Mas é a cultura que mais empolga esse público de fora. Ainda segundo a pesquisa da Embratur, 42% dos turistas internacionais vêm para cá interessados em conhecer a cultura local — é o principal motivo para visitar o País, à frente até de praias e clima quente e ensolarado. No Índice de Soft Power, o Brasil fica em 15º lugar no ranking mundial.

“Nós temos essa cultura, de um povo animado, que dança, uma coisa mais festiva, da música. Temos a praia e a gastronomia, que são atrativos muito fortes. Então, juntamos um povo animado e receptivo com gastronomia, sol e praia — que é o grande destino dos estrangeiros —, e temos uma ótima imagem para trabalhar o Brasil”, afirma o economista Guilherme Dietze, presidente do Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

A música sempre teve lugar de destaque, principalmente com a bossa nova e o samba. Mas é o funk, e a cultura das favelas, que tem ganhado destaque no exterior, contando com a ajuda de alguns ícones do esporte e da música. Em 2024, a ginasta Rebeca Andrade levou o funk para o solo na ginástica artística, nas Olimpíadas de Paris. Ao som de *Baile de favela*, de Mc João, ela superou a supermedalhista Simone Biles, dos Estados Unidos, e levou o ouro no solo. Anos antes, em 2003, Daiane dos Santos fez história ao conquistar o primeiro ouro no solo de ginástica artística em campeonatos mundiais, com a música *Brasileirinho*, de Waldir Azevedo.

O funk da Anitta também aumentou o *hype* em torno do Brasil. Com a música *Envolver*, em

2023, ela foi indicada ao Grammy Awards como artista revelação. Foi a primeira indicação de uma brasileira à premiação norte-americana. Naquele mesmo ano, a cantora ainda ganhou o prêmio de melhor artista latino, do MTV Europe Music Awards. Por três anos seguidos, de 2022 a 2024, Anitta também levou o troféu do MTV Video Music Awards, na categoria de melhor clipe latino. Já no Grammy Latino, dificilmente os brasileiros não levam algum prêmio. Em 2025, foram contemplados Liniker, Luedji Luna, João Gomes, Mestrinho, Jota.pê, BaianaSystem, Sorriso Maroto, Chitãozinho e Xororó, Eli Soares e Hamilton de Holanda Trio.

O cinema nacional também tem brilhado no exterior nos últimos anos. No Oscar de 2025, a atriz Fernanda Torres destacou-se ao ser indicada para o prêmio de melhor atriz, pelo papel no filme *Ainda estou aqui*. Ela não ganhou a estatueta, mas o longa venceu como melhor filme internacional — foi o primeiro Oscar do Brasil. Na próxima disputa, a expectativa é que o longa *O agente secreto* esteja entre os cinco finalistas de filmes estrangeiros. E que Kleber Mendonça Filho, diretor do filme e vencedor do prêmio de melhor direção no Festival de Cannes do ano passado, esteja entre os indicados nessa mesma categoria. “Olho sistematicamente pesquisas realizadas no exterior sobre o Brasil e o que os estrangeiros entendem sobre nós. A imagem internacional é sempre positiva, porque o Brasil tem uma imensa força cultural, é uma potência impressionante. E somos autossuficientes do ponto de vista cultural, não precisamos das músicas estrangeiras, dos filmes estrangeiros. Produzimos e consumimos a própria cultura de uma forma impressionante. Isso atrai os estrangeiros”, relata Guimarães, do Cebri.

Essa potência cultural transforma-se em moda com a exaltação das cores da nossa bandeira. E ganha um nome (Brazil Core) nas redes

“A IMAGEM INTERNACIONAL É SEMPRE POSITIVA, PORQUE O BRASIL TEM UMA IMENSA FORÇA CULTURAL. E É AUTOSSUFICIENTE DO PONTO DE VISTA CULTURAL. PRODUZIMOS E CONSUMIMOS A PRÓPRIA CULTURA. ISSO ATRAI OS ESTRANGEIROS.”

FELICIANO GUIMARÃES, diretor acadêmico do Cebri

sociais, em que influenciadores e artistas usam o verde e o amarelo, com as *hashtags* #BrazilianAesthetic e #BrazilCore. Anitta, mais uma vez, ajudou: em 2022, desfilou com as cores da bandeira brasileira dos pés à cabeça no festival de música e artes Coachella, na Califórnia.

“Tem essa questão da influência do audiovisual, do cinema e da música brasileira sendo exportados de um jeito muito único. E isso de fato gera curiosidade nos estrangeiros de virem nos visitar. Os influenciadores também têm importância, porque eles vivem a realidade do Brasil no dia a dia, sem máscaras, sem esconder nada. Falam das alegrias e das dificuldades, e de um jeito muito estratégico”, explica Bruno Giovanni, diretor de Marketing Internacional, Negócios e Sustentabilidade da Embratur.

ECONOMIA FAVORÁVEL

Se a cultura estimula o desejo, é o bolso que viabiliza a viagem. E foi o câmbio que tornou possível conhecer o Brasil para além do imaginário. No início de 2025, o dólar passou a valer mais de R\$ 6, e os estrangeiros aproveitaram a oportunidade. Foi justamente nesse período que mais chegaram: entre janeiro e fevereiro, mais de 2,8 milhões de turistas gringos aportaram por aqui. “Essa valorização trouxe muitos viajantes da América do Sul, como os chilenos e, principalmente, os argentinos. Esses países estavam com o câmbio valorizado e, com o real em baixa, ganharam um poder de compra gigantesco para vir para o Brasil”, observa Dietze, da FecomercioSP. “Para norte-americanos e europeus, ficou ainda mais barato. O dólar em alta explica essa leva grande de turistas no primeiro trimestre do ano. Depois, há certa normalidade, com um número só um pouco maior do que em anos anteriores”, acrescenta.

Grande parte dos visitantes veio dos dois países mencionados por Dietze. Segundo dados da Embratur, os argentinos representaram 25,8% das chegadas internacionais, dobrando o volume em comparação com o ano anterior. Os chilenos representaram 13,7%, enquanto os norte-americanos, 13,1%.

OUTROS BRASIS

São Paulo e Rio de Janeiro são os dois principais polos de visitantes estrangeiros — e as duas cidades que eles mais desejam conhecer. Por razões óbvias: as duas principais capitais do País também têm os maiores aeroportos internacionais e estão muito mais na mídia do que outras cidades. E são onde mais pessoas falam inglês, o que facilita a vinda dessas pessoas.

No entanto, há muito mais Brasil fora do eixo do Sudeste. E os gringos começaram a se interessar por esses outros lugares. No ano passado, a companhia aérea Air France passou a fazer voos diretos entre Paris e Salvador. E a Iberia, aérea espanhola, acaba de lançar trajetos entre Madri, Recife e Fortaleza.

“Com a demanda crescente, as companhias aéreas também se interessam por essas novas opções de conexão. Elas querem lucrar, óbvio, e fazer dinheiro com destinos que estão no *hype*”, ressalta Giovanni, da Embratur. Em 2023, havia cerca de 59 mil voos internacionais para o Brasil; em 2025, a empresa projeta 76 mil.

Para atrair os estrangeiros para esses lugares, a Embratur cruzou alguns dados extraídos de pesquisas. Descobriu, por exemplo, que os argentinos viajavam mais para a República Dominicana, ou para o Caribe, do que para o Nordeste brasileiro porque gostam de resorts *all inclusive*. “Nós fizemos, então, uma parceria com os resorts da região para promover o que eles querem comprar: *all inclusive* [*pacotes com tudo incluso: estadia, comidas e bebidas ilimitadas, festas e outras atividades recreativas*]. Ao mesmo tempo, a ligação aérea da Argentina para o Nordeste cresceu muito. A gente fez essa brincadeira com o País todo”, detalha Giovanni.

Com o Pantanal, foi percebido um erro de marketing. O Brasil vendia o destino como a maior planície alagada, patrimônio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), mas perceberam que o que atrairia britânicos, canadenses e estadunidenses, por exemplo, é o avistamento de pássaros. “Eles querem observar a fauna e a flora, fazer um safári. Por isso vão muito para a África do Sul e outros países africanos. Mudamos a estratégia para ‘Isso é um safári no Brasil’”, conta Giovanni.

“O Turismo tem se desenvolvido no País com a adoção de políticas interessantes. Esses fatores levaram a nossa imagem para outros mercados. O programa de aceleração de conexões de novas rotas tem funcionado para sair do eixo Rio-SP. Estimulou a vinda de estrangeiros”, afirma Dietze. “Mas discordo que o Brasil esteja na moda. Imagino que ‘na moda’ estaríamos se fôssemos a primeira opção de viagem das pessoas, teríamos os aeroportos congestionados, com todo mundo vindo para cá”, complementa.

PODERIA SER MUITO MAIS

Há justificativa no conceito de estar na moda de Dietze. Embora os números sejam históricos, algumas cidades estrangeiras recebem, sozinhas, bem mais turistas do que o Brasil todo. Paris, na França, recebe mais de 40 milhões de visitantes por ano. Nova York, nos Estados Unidos, e Roma, na Itália, atraem de 10 milhões a 15 milhões de viajantes todos os anos.

É muito fácil e rápido para os estrangeiros do Hemisfério Norte chegarem a essas cidades. Até o Sudeste brasileiro, são mais de 12 horas de voo da Europa e nove horas dos Estados Unidos. Se quiserem ir para outros lugares, há poucas opções de voos diretos. Outro impeditivo é a exigência de vistos. Recentemente, numa política de reciprocidade, o País passou a exigir vistos dos norte-americanos. “O Brasil precisa repensar a política de reciprocidade e facilitar a vinda de grandes turistas para cá. Ainda estamos muito atrás da República Dominicana, por exemplo, ou do México, que tem proximidade com os Estados Unidos e uma infraestrutura de Turismo muito melhor”, critica Guimarães, do Cebri.

Apesar do fascínio que os brasileiros exercem, outros números do Índice de Soft Power apontam entraves para além da infraestrutura. Somos os mais divertidos, mas ocupamos o 76º lugar no pilar de governança e 133º quando o atributo é “altos padrões éticos e baixa corrupção”. Quando se trata de segurança, o Brasil cai para a 152ª posição. Esse dado joga luz sobre os obstáculos reais por trás da festa.

A vantagem é que, aparentemente, quando eles vencem os receios de vir para cá, o cenário muda. Uma pesquisa da Fecomércio RJ mostra que 95% dos turistas que estiveram no Rio de Janeiro recomendariam a cidade para amigos ou voltariam a visitá-la. Nessa mesma enquete, o item “segurança” aparece apenas em quinto lugar entre os empecilhos para conhecer o lugar. Segundo a Embratur, 94% dos estrangeiros que estiveram no Brasil avaliaram a experiência como “boa” ou “muito boa”.

“O principal turista que precisamos atrair é a família, com filhos, porque são os que consomem mais. E o Brasil não consegue trazer esse turista, porque a questão da insegurança pesa para as famílias. Por isso recebemos um público mais jovem, que gasta menos. Os brasileiros, por outro lado, gastam muito no exterior. E o que eles desembolsam aqui não compensa esse buraco”, finaliza Guimarães. Em 2025, os brasileiros gastaram US\$ 16 bilhões fora do País, enquanto os estrangeiros, cerca de US\$ 6 bilhões por aqui. Uma diferença importante do tamanho do potencial brasileiro de atrair muito mais gente para cá.

O BRASIL AOS OLHOS DE QUEM VEM DE FORA

75% dos turistas estrangeiros citam **AS PRAIAS** como principal motivo para escolher o Brasil

63% afirmam que **A NATUREZA** está entre os fatores determinantes da escolha

55% apontam **O CUSTO** competitivo como atrativo, principalmente os latino-americanos

94% dos turistas classificaram a experiência no Brasil como **“BOA”** ou **“MUITO BOA”**

12 noites é a **MÉDIA** de permanência, estadia **MAIS LONGA** do que o padrão internacional

50% usam **SITES DE BUSCA** para obter informações

48% pesquisam nas **REDES SOCIAIS**

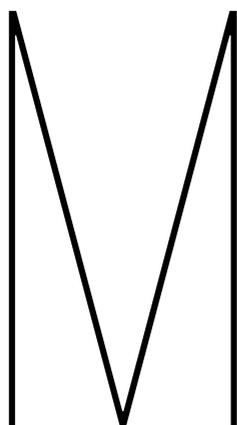
48% consultam **SITES ESPECIALIZADOS**

FONTE: Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), 2025.



MAIS POBRES, MAIS JUROS

Estudo publicado pelo Banco Central mostra que trabalhadores que ganham de um a dois salários mínimos pagam juros até 44 pontos percentuais maiores do que aqueles com renda superior a 20 mínimos.



Mais de um terço dos trabalhadores brasileiros — ou 35,3% — ganha até um salário mínimo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Enquanto isso, a renda concentra-se em uma parcela bem menor da população. Apenas 7,6% das pessoas ocupadas têm rendimentos superiores a cinco salários mínimos, o equivalente a pouco mais de R\$ 7,5 mil em valores atuais. Embora divulgadas recentemente, as informações são do censo realizado em 2022, há quase quatro anos. Infelizmente, de lá para cá, pouca coisa mudou. E se a falta de recursos restringe o consumo até de itens básicos para a grande parcela da população, há ainda outro peso, mensurável, que atinge desproporcionalmente quem ganha pouco em relação aos mais ricos: os juros.

A conta foi feita por economistas e está num estudo publicado pelo próprio Banco Central (BC). Tomadores de crédito que ganham de um a dois salários mínimos pagam de 28 a 44 pontos percentuais (p.p.) a mais nos juros do que aqueles que ganham mais de 20 salários mínimos. A conclusão é da pesquisa Empréstimos Pessoais, Taxas de Juros Heterogêneas e Desigualdade, que cruza dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do BC com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2013 a 2019, com dados de mais de 1 milhão de pessoas. Os resultados também sugerem que eliminar ou diminuir essas discrepâncias poderia melhorar significativamente o bem-estar e o poder de compra, em especial de trabalhadores pobres e informais.

Segundo um dos autores do estudo, Fernando Chertman, professor de Finanças e Macroeconomia na Faculdade Belavista, há diversos critérios usados pelos bancos para oferecer crédito a uma pessoa física, que variam de acordo com modelos adotados por cada instituição. Dentre eles, estão a renda, o comprometimento da renda, o histórico em birôs de crédito, a estabilidade do vínculo de emprego — se é um trabalhador do setor público, formal ou informal —, o valor e o prazo do contrato, o relacionamento com o banco, garantias e bens, entre outros.

No entanto, o peso de cada um desses fatores não é divulgado pelas instituições e, segundo Chertman, uma parte importante na discrepância não é explicada somente pelo risco individual do tomador, uma vez que o cálculo citado no estudo também leva em conta o risco de crédito. Isto é, embora o senso comum diga que quem é mais pobre paga juros mais altos porque a probabilidade de inadimplência é maior, os dados mostram que as taxas cobradas têm uma grande variação, que não é explicada apenas pelo risco de calote.

NÃO É SÓ A RENDA

Os autores da pesquisa também incluíram na equação outras variáveis que não se restringem à renda ou à probabilidade de inadimplência. As mulheres, por exemplo, pagam, em média, 6,8 p.p. a mais de juros do que os homens. E indivíduos com mais conhecimento financeiro, como profissões ligadas a finanças, conseguem juros até 4 p.p. menores.

Embora o objetivo do estudo seja apresentar as disparidades, e não explicá-las, os dados trazem algumas pistas. Uma das hipóteses levantadas por Chertman é a menor concorrência bancária em determinadas regiões ou cidades, além do alto nível de informalidade no Brasil, que faz com que, por exemplo, grande parte da população não tenha acesso ao crédito consignado, que cobra juros mais baixos.

texto DANIELLE FONSECA



O PESO DOS JUROS*



FONTE: *Estudo Empréstimos Pessoais, Taxas de Juros Heterogêneas e Desigualdade*, Banco Central (2022).

* diferença máxima paga em juros, por faixa de renda, em pontos percentuais (p.p.)



A informalidade também é motivo para a diferença nos juros cobrados dos mais pobres, a qual é destacada por José Roberto Ferreira Savoia, professor na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP). “Se pudéssemos separar os números do estudo entre trabalhadores formais e informais, estes tenderiam a pagar mais juros do que os formalizados, mesmo com igual nível de renda”, afirma. Considerando apenas vínculo empregatício, o estudo aponta que trabalhadores informais pagam juros entre 2,8 e 4,1 p.p. mais altos do que os formais.

De acordo com Savoia, outro ponto importante é a falta de educação financeira no Brasil, que atinge principalmente os mais pobres e os leva a uma maior dificuldade de negociação com os bancos por melhores taxas. Além disso, menos educação financeira deixa parte da população mais vulnerável ao marketing agressivo de algumas instituições, incluindo propagandas enganosas existentes no mercado. “Muitas vezes, a pessoa recebe uma mensagem oferecendo crédito e só olha para o quanto vai pagar de parcela por mês. Ela não vai ao banco, não conversa mais com um gerente para entender melhor que tipo de crédito e juros está contratando”, completa. Embora a diferença seja pequena, quem tem

educação financeira paga juros 1,3 p.p. menores do que aqueles que não têm. O professor também não descarta comportamentos discriminatórios por parte das instituições e de seus funcionários na hora de ofertar crédito, embora os bancos atribuam as taxas aplicadas a modelos e critérios supostamente justos.

A CONTA CHEGA NA INADIMPLÊNCIA

O número de famílias brasileiras com dívidas em atraso — e que afirmam não ter como pagá-las — nunca foi tão alto, mesmo em uma conjuntura de desemprego baixo. Um motivo central é a Selic (a taxa básica de juros) alta por um período prolongado, repassada pelos bancos para suas operações, do cartão de crédito ao empréstimo pessoal, do cheque especial ao financiamento imobiliário. Com um ciclo de aumento iniciado em setembro de 2024, a Selic, agora na casa dos 15% ao ano, deve começar a ceder a partir do início deste ano, segundo as projeções do mercado financeiro.

Além da grande informalidade no mercado de trabalho, da falta de educação financeira e da concentração bancária, o economista Fabio Pina, assessor econômico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) lembra de quanto o dinheiro é estruturalmente caro e escasso no Brasil. “É importante lembrar que a taxa de juros é o termômetro, não a febre. Não se reduz a taxa porque se quer. E se há uma demanda por crédito maior do que a oferta, o ofertante pode escolher para quem dar crédito”, explica. “O BC precisa controlar a inflação e, por isso, sobe os juros. A principal maneira de evitar juros elevados é ter as contas públicas arrumadas, o que traria um equilíbrio mais benigno para a economia brasileira como um todo”, completa. Pina alerta, ainda, para o quanto o atual nível de inadimplência é perigoso para a economia. Afinal, se está assim com o desemprego baixo, deve crescer ainda mais se a oferta de trabalho voltar a cair.

A proporção de pessoas com dívidas em atraso está em 30%, com 13% das famílias sem condições de pagar seus empréstimos. São os maiores níveis já vistos desde 2010, início da série históri-

ca da pesquisa mensal realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). No total, 79,2% das famílias estão endividadadas, o maior nível desde outubro de 2022. No recorte por renda, dentre os lares que recebem até três salários mínimos, 82% estão endividadados e 39,2%, inadimplentes. Quando a renda está acima de dez salários mínimos, a proporção de endividadados é de 70% e a inadimplência cai pela metade, para 16,5%.

CADASTRO POSITIVO E OUTRAS SOLUÇÕES

Num cenário de inadimplência elevada e juros persistentemente altos, alguns mecanismos e regulações ajudam a reduzir disparidades nos juros pagos pelos mais pobres. Um desses instrumentos é o Cadastro Positivo.

De acordo com outro estudo publicado pelo BC — Private Credit Bureaus and Positive Information Sharing: Effects on Credit Cost?, em português, “Agências de Crédito Privadas e Compartilhamento de Informações Positivas: Efeitos no Custo do Crédito?” —, após a mudança legal, de 2019, que permitiu que os birôs privados de crédito vendessem escores de risco de indivíduos com base em informações positivas, houve uma redução média de 3,7% (o equivalente a 6,7 p.p. anualizados) nas taxas de juros cobradas de tomadores de crédito que entraram no Cadastro Positivo, na comparação com aqueles que ficaram fora dessa base de dados. Os efeitos são maiores quando informações positivas são incluídas nos dados do cliente, com uma redução média de 8,7% no custo do crédito.

“O Cadastro Positivo contribui para reduzir as assimetrias de informações entre tomadores e credores, aprimorar a avaliação de risco de crédito, limitar a capacidade dos bancos de elevar as taxas de juros e fomentar a competição no mercado”, explica Raquel de Freitas Oliveira, analista do BC, professora na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) e uma das autoras do estudo. Segundo a economista, a redução de 8,7% é substancial, principalmente levando em conta que os dados da pesquisa se estendem apenas até dezembro de 2020, ou seja, muito pouco tempo após o início da incorporação dos novos dados aos escores dos birôs. A pesquisadora também acredita que a inclusão de mais tipos de informações no Cadastro Positivo potencialize esse efeito, contribuindo para uma melhor precificação do risco. Ela pondera que dados de empresas de telefonia e de energia elétrica, por exemplo, que não estavam incluídos no cadastro na época do estudo, provavelmente já geraram efeitos mais amplos.

Tanto Raquel quanto os professores Chertman e Savoia avaliam que, além do Cadastro Positivo, outras iniciativas podem ajudar a reduzir as taxas cobradas dos tomadores de me-

NÃO É SÓ A RENDA QUE CONTA – MULHERES PAGAM, EM MÉDIA, JUROS 6,8 P.P. MAIS ALTOS QUE OS HOMENS

nor renda, com destaque para uma portabilidade de dívidas entre bancos mais acessível, o avanço do Open Finance — o sistema financeiro aberto do Brasil — e o aumento de instituições que possam oferecer crédito. “Diversas iniciativas da agenda do BC atuam no sentido de aumentar a competição e a inclusão financeira, além de reduzir assimetrias. Por exemplo, a ampliação de tipos de instituições que ofertam crédito e Open Finance”, destaca a economista.

Dentre as sugestões, Chertman ressalta a necessidade de aprimorar a portabilidade do crédito — com mais padronização, uso de ferramentas digitais e transparência nos dados de custo efetivo total para uma melhor comparação das propostas das diversas instituições. O professor também cita a possibilidade de um “Open Finance obrigatório para ofertas acima de certo custo efetivo total (com consentimento), o que forçaria ao uso de dados para reduzir assimetria de informações”.

Chertman afirma, ainda, que uma eventual expansão do acesso ao empréstimo consignado no setor privado teria efeitos positivos sobre as taxas de juros, assim como uma maior transparência regulatória sobre a decomposição de *spread* bancário — a diferença entre os juros que um banco cobra em empréstimos e aquele pago para captar recursos — por produto e perfil, estimulando a competição entre os bancos. De acordo com o pesquisador, leis e regras específicas implementadas pelo governo, como a que entrou em vigor em 2024 sobre o teto de 100% do principal no crédito rotativo, também são um exemplo de ações eficientes que incentivam a renegociação, reduzindo extremos.



A INEVITÁVEL CORREÇÃO DOS RUMOS DA POLÍTICA FISCAL

Uma das características da evolução recente da economia mundial é o crescimento do endividamento dos países, da mesma forma que ocorre no Brasil. Uma análise mais detalhada da situação fiscal do País, porém, mostra um quadro preocupante.

Considerando suas interfaces com as políticas monetária e cambial, a relação da dívida com o Produto Interno Bruto (PIB) é um bom termômetro para avaliar o quadro das contas públicas. Atualmente, essa relação está em 78,1% (há 20 anos, era de 51%), muito acima da média dos emergentes. Grande parte dessa situação é explicada pela evolução recente da política fiscal, uma vez que, entre dezembro de 2022 e agosto de 2025, os gastos públicos aumentaram R\$ 280 bilhões, e o superávit primário passou de 1,2% do PIB, em 2022, para déficits de 2,3%, em 2023, e 0,4%, em 2024.

A expansão da despesa pública obriga o Banco Central (BC) a manter juros extremamente elevados, pressionando o déficit nominal que se encontra atualmente em 8,1% do PIB, o segundo maior do mundo, atrás apenas da Bolívia (9,1%). Países como México, Colômbia, Chile e Peru registram menos de 4%. Essa diferença impõe uma dinâmica de crescimento da relação entre dívida e PIB muito mais comprometedora no caso brasileiro, com previsões de encerrar o atual governo com números próximos de 83% a 84% — isto é, mais de 11 pontos percentuais (p.p.) acima da relação observada no fim de 2022.

Esse cenário pode se agravar em 2026, com medidas de estímulo à demanda, como são os casos da mudança da tabela do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF); dos programas Pé de Meia, de gás e energia e financiamento de reformas; do aumento do teto de financiamento dos imóveis; entre outros. Embora alguns desses programas sejam financiados com fundos, vão dificultar a tarefa do BC de trazer a inflação para o centro da meta.

Esse é um quadro que não se sustenta ao longo do tempo. O céu não é o limite. Justiça social é uma busca louvável, mas, em seu nome, as despesas públicas não podem crescer indefinidamente. Em algum momento, a possibilidade de adiar soluções não será mais possível, até porque as fontes de financiamento — elevação da carga tributária e aumento do endividamento — dão sinais de esgotamento. Será necessário definir um conjunto de novas regras fiscais que deixe claro como o governo vai equilibrar e manter sob controle as contas públicas.

O atual arcabouço fiscal não entregou a estabilidade necessária, passando longe de qualquer ajuste estrutural e observando-se remendos improvisados baseados em aumento de impostos. Mesmo para cumprir as frágeis metas de superávit primário, tira do cálculo uma série de despesas, fazendo com que esse indicador perca totalmente a credibilidade. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), em dois anos, foram retirados dos cálculos R\$ 89,9 bilhões. Essa supressão melhora o indicador de superávit primário, mas não evita o crescimento da dívida, que, como já foi destacado, deve encerrar o atual mandato com mais de 11 p.p. acima.

Um quadro fiscal crítico, além de impactar negativamente a produtividade, limita a capacidade de crescimento da economia, deteriora o ambiente de negócios, desincentiva investimentos e, por consequência, limita a geração de emprego e renda. Mudar essa conjuntura será o grande desafio do presidente eleito, seja ele quem for.

&

ANTONIO LANZANA,
presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC)

UM PAÍS AFOGADO DE POLÍTICA

O ano de 2025 terminou com todos os sinais de esgotamento de um ciclo que fez do excesso de política a característica mais extravagante e manipuladora do sentimento do brasileiro. Não tente nada por si mesmo. A ordem é: só está bem quem vive na pátria da política. A culminância de tudo é o desencantado conformismo do cidadão abarrotado de uma política de mão beijada que se tornou moda. Tudo o que parece compreensivo, originado dos três Poderes, tem sempre uma sensibilidade maior para a oportunidade de aumentar a força da dominação sobre a autonomia do cidadão. Há uma luxúria em muitas decisões que mudam o senso de realidade e meio que desmoraliza a ideia de que o melhor se conquista pelo trabalho, pela produção, pela acumulação e pela responsabilidade profissional. O País está sem uma boa teoria da origem da riqueza honesta para alimentar o registro do desempenho da economia.

O *ethos* burocrático do Estado não tem boa fundamentação sociológica, nem alcançou o estágio que proporciona uma base segura para as suas práticas terem efeito na engenharia das decisões políticas, sociais e econômicas. Não há métodos moralmente antissépticos para impedir que o padrão das escolhas institucionais resvale para interesses particulares. São perplexidades próprias de autoridades, pressões desprovidas de interesse público autêntico, que estão definindo o clima da política pública.

O contexto em que vive o Brasil, de grande concorrência entre os grupos políticos, mudou o conceito de capacidade da autoridade. Desde então, a competência ou incompetência de um agente público não está mais em julgamento; basta o interessado se associar ao grupo político vitorioso e, logo, as facilidades adquiridas pela adesão cuidam de definir os meios próprios de avaliação da competência — e a forma de distribuição de prestígio e poder. Mas esta velocidade com que se adquire a reputação por interesses próprios perderá a eminência na semana seguinte em que o adesoista perder a função, e ninguém mais sentirá saudade dele. Será assim que formaremos a nova geração de líderes brasileiros?

Há uma tragédia inerente à perda do respeito pelos papéis da autoridade quando são imitados em razão exclusivamente das conexões políticas. Deixa passar a impressão — estimulada pelas redes sociais que hoje governam os governos — de que só o cidadão que consegue ser uma pessoa totalmente particular se destacará. O mundo dos grupos interessados no poder de manobra sobre o comportamento humano, dos partidos e da busca patológica pela aceitação e pela popularidade não é a única, tampouco a principal razão de ser da política. A energia da sociedade para a batalha da vida produtiva não é valorizada quando vê a inutilidade do esforço pelo trabalho. E leis demagógicas, de cunho meramente eleitoral, que tornam falsas as razões do Direito social, expõem a fragilidade do cidadão diante dos interpretadores de seus valores e sentimentos. A vítima será o sonhar inútil dos que crescem por esforço próprio e sabem que nada que o governo (ou o Estado) concede a um, esse mesmo governo (ou Estado) já não tirou antes desse um (ou de outro).

Que o ano novo que se inicia e flores de imaginação política possam fazer o País entender melhor a estrutura de nossa época. O destino não é uma categoria histórica. A esperança no tempo presente deve poder permitir ao Brasil se distanciar de equívocos para que predomine um culto da competência e da sólida construção de um futuro, no qual o gosto pelos seres humanos predomine sobre o gosto por eleitores.



PAULO
DELGADO,
*sociólogo,
cientista
político e diretor
de Relações
Institucionais da
FecomercioSP*

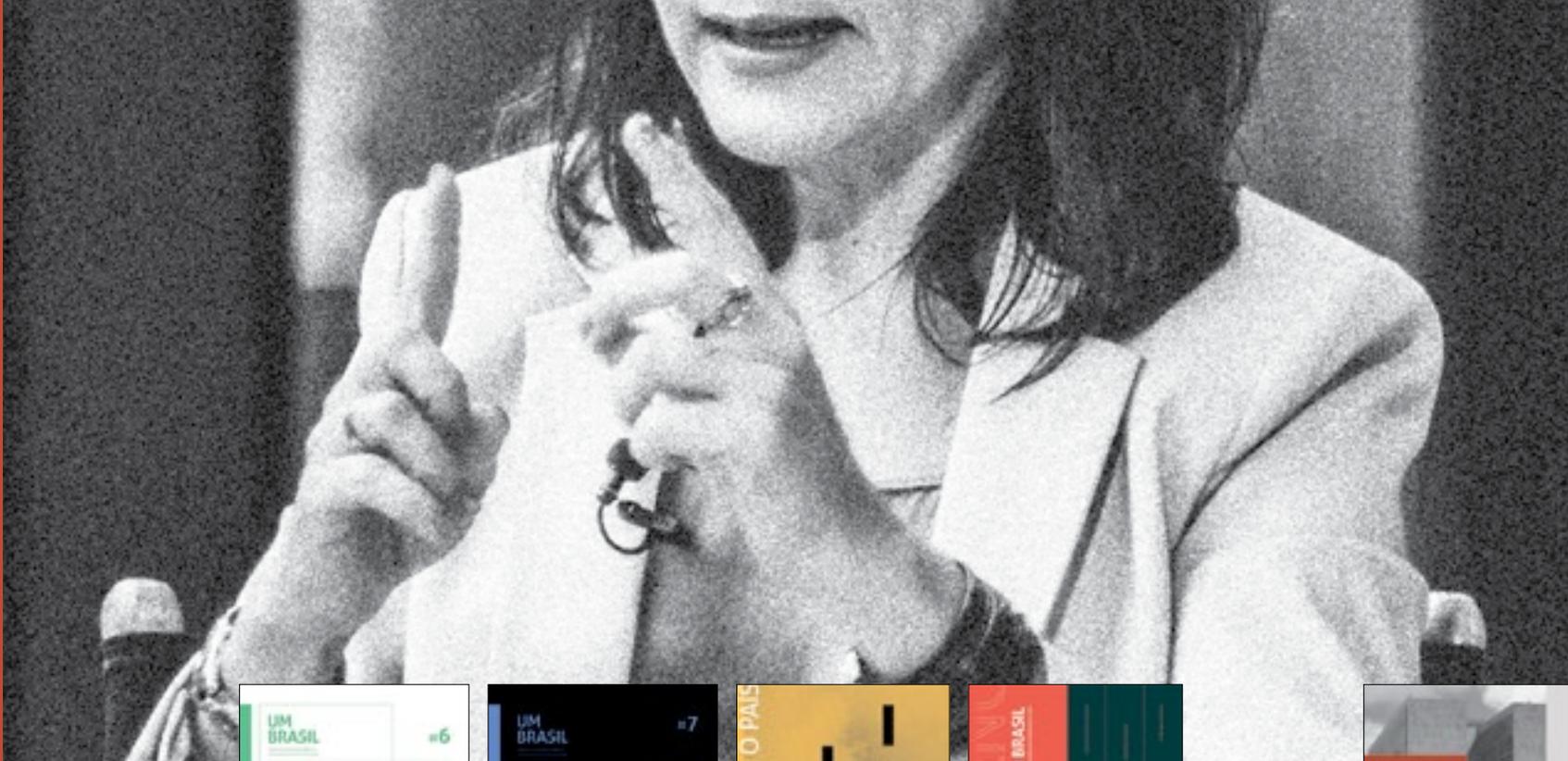


Play na tela.

Replay na página.

As opiniões mais marcantes.
As análises mais contundentes.
Os momentos mais transformadores.

Ideias, histórias e reflexões que surgem diante das câmeras do **Canal UM BRASIL** ao longo da última década também seguem vivas em nossas publicações.



Quer dar um replay conferindo
nossas páginas e capítulos?

**Baixe gratuitamente
seus exemplares, com o código QR.**



UM BRASIL



@canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO

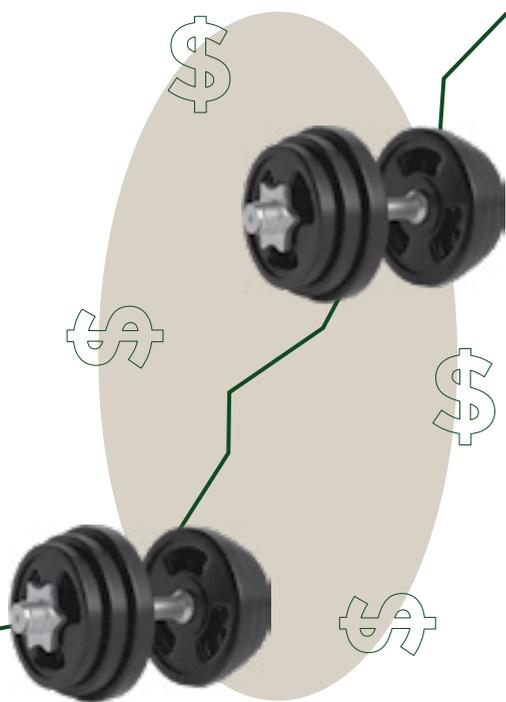
FECOMERCIOSP





O novo fôlego do mercado fitness

O mercado fitness brasileiro vive expansão contínua impulsionada pela busca por saúde, longevidade e preços competitivos. O número de academias triplicou em dez anos, chegando a quase 60 mil unidades — cenário que deve sustentar um crescimento anual de 9,5% até 2030, segundo a Credence Research. Para Thiago Carvalho, assessor da FecomercioSP, e Elmo Silveira de Souza, consultor do Sebrae/PR, a demanda permanece forte mesmo diante de uma possível desaceleração econômica. Grandes redes, como Smart Fit e Bodytech, ampliam operações, enquanto benefícios corporativos e marcas de moda e suplementos reforçam a diversificação do setor.



A liberdade da feira

As feiras livres, tradição que o Brasil adotou e coloriu à sua maneira, seguem firmes como ponto de encontro, compra e lazer. Em São Paulo, o paulistano sabe o dia da feira, o melhor pastel e até a hora da xepa. Segundo a pesquisadora Camila Guimarães, trata-se de um espaço democrático, de voz e pertencimento. Já a historiadora Camila Landi lembra que a feira reflete as diversidades cultural e alimentar do País. Nascidas da troca de mercadorias, atualmente, há cerca de 5 mil feiras no Brasil, cada uma com seu sotaque, cultura e sabores — um respiro da rotina e um ritual que o brasileiro não abre mão.

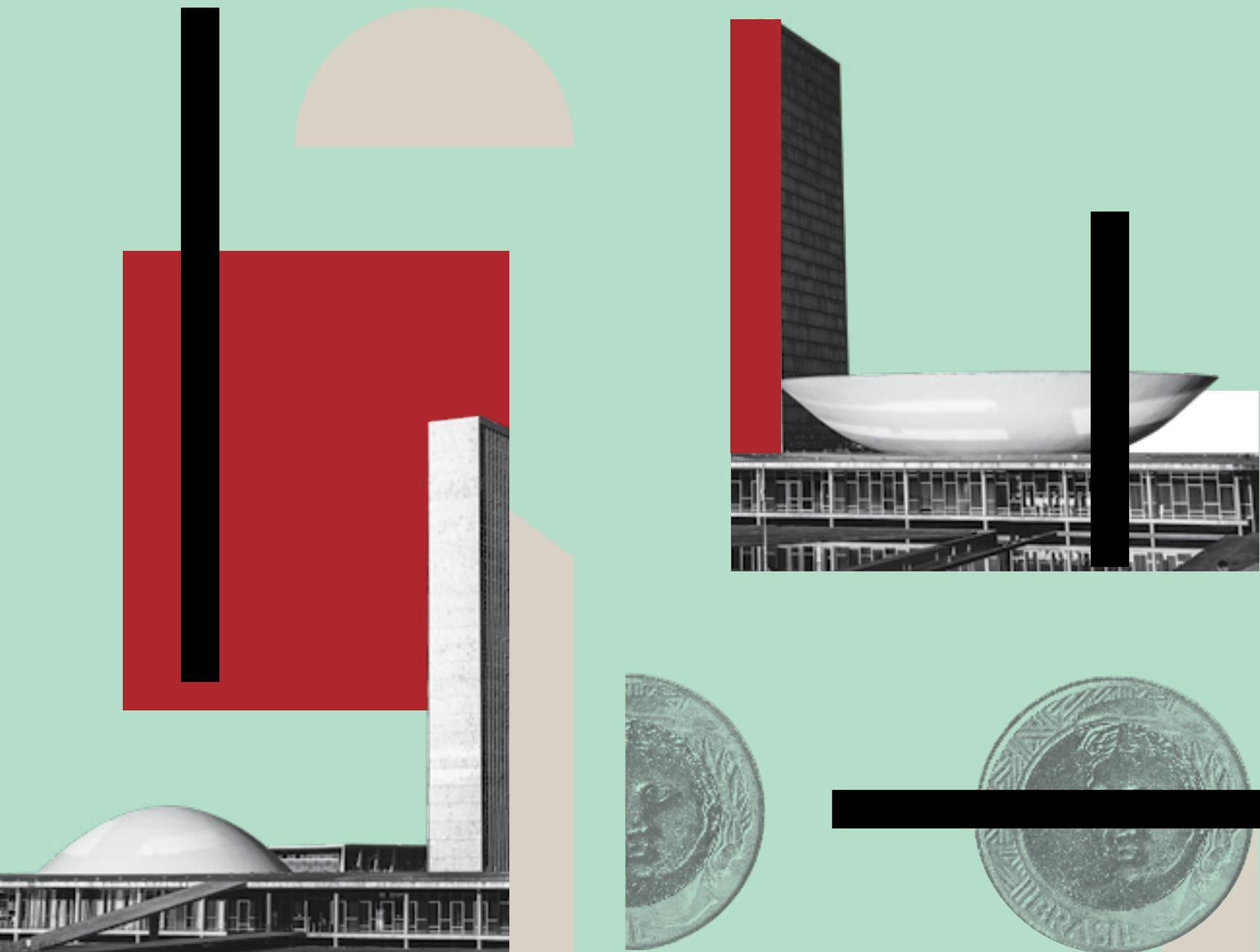


Ilustrações: Alberto Lins

Nunca é tarde

Mesmo garantida pela Constituição de 1988, a conclusão da educação básica ainda é distante para 66,6 milhões de brasileiros, público potencial da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estudo da Fundação Roberto Marinho (FRM) e do Itaú Educação e Trabalho aponta que concluir a EJA aumenta em 7 pontos percentuais (p.p.) as chances de conseguir um emprego formal e eleva, em média, a renda mensal do trabalho em 4,5%. Para os que têm até 24 anos, a melhoria é ainda mais relevante: a formalização aumenta para 9,6 p.p., enquanto a renda mensal pode subir 7,5%.





EFICIÊNCIA PÚBLICA EM PAUTA

Com um relatório de mais de 500 páginas em mãos, o Congresso Nacional tem material sólido para avançar, a partir de agora, no escopo de uma Reforma Administrativa, tema que deve ganhar força em 2026. O material consolida propostas que modernizam a gestão pública, aproximando-a de metas, desempenho e foco no cidadão. A lógica atual, baseada em progressões automáticas e pouca eficiência, amplia desigualdades e penaliza justamente quem depende dos serviços do Estado. A nova agenda aponta para carreiras mais dinâmicas, digitalização, revisão de privilégios e racionalização de custos. Avançar agora é fundamental para que o Brasil finalmente construa uma máquina pública mais justa e eficaz, capaz de entregar resultados reais à população. A FecomercioSP defende uma reforma que permita uma melhoria efetiva dos serviços como forma de reduzir a desigualdade social.

SAIBA MAIS:





TARIFA ZERO É POSSÍVEL?

Discussão sobre gratuidade do transporte volta ao debate público, mas a realidade da restrição orçamentária pede ideias que possam deixar o preço da passagem num meio-termo entre caro e zero.



“Agora querem passe livre para todo mundo. Então, é melhor eleger um mágico em outubro, porque prefeito não vai dar conta disso. Tem tanta coisa que poderia vir na frente: almoço grátis, jantar grátis, ida para a Disney grátis”, ironizou o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, em janeiro de 2016. A fala foi uma resposta aos militantes do Movimento Passe Livre (MPL), que protestavam contra o aumento de R\$ 3,50 para R\$ 3,80 nas passagens de ônibus, trem e metrô na capital paulista. Embora resvasse no deboche, a declaração de Haddad estava respaldada nas rixas com o MPL, que vinham desde as chamadas Jornadas de Junho — que aconteceram em 2013 em protesto contra o aumento de R\$ 0,20 na tarifa dos transportes públicos. Outra razão era a baixa adesão à tarifa zero, em 2016, quando apenas 12 municípios brasileiros tinham catracas liberadas, segundo dados da organização Rede Nossa São Paulo.

Passados dez anos, o cenário sofreu uma profunda transformação, até o ponto em que Haddad, hoje ministro da Fazenda, analisa a viabilidade da gratuidade do transporte público em nível nacional. O estudo atende a um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que enxerga na tarifa zero uma proposta com potencial de se tornar bandeira eleitoral na campanha à reeleição, embora não haja nada definido quanto ao prazo de uma eventual implementação. Mas o que motivou essa guinada?

Segundo o estudo Tarifa Zero nas Cidades do Brasil 2025, lançado pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), 171 municípios oferecem isenção total ou parcial nos seus sistemas de ônibus. Só em 2025, 15 cidades aderiram à gratuidade total das passagens e 34, ao modelo parcial, em dias específicos da semana, por bairro ou por tipo de atividade do passageiro. Até mesmo a Cidade de São Paulo faz parte da lista: desde o fim de 2023, os paulistanos contam com ônibus grátis aos domingos, medida subsidiada pela prefeitura a um custo de R\$ 283 milhões.

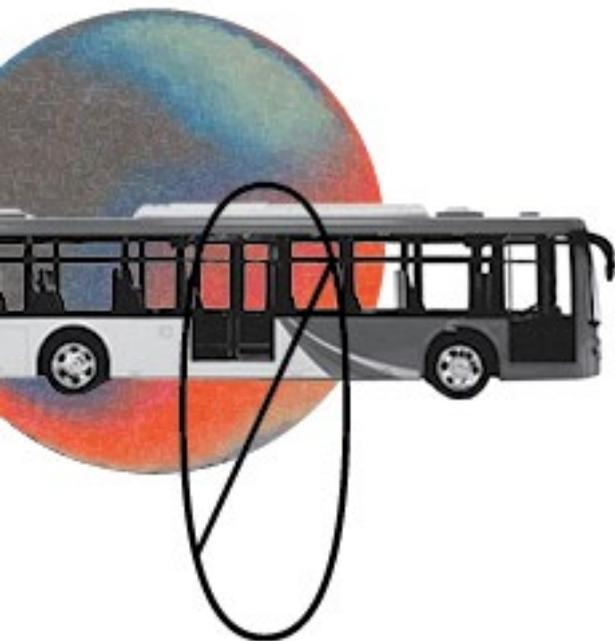
texto GUILHERME MEIRELLES

O estudo da NTU revela que o *boom* de adesões teve início na pandemia, com o objetivo de estimular a economia enfraquecida pelo *lockdown*. Entre 2021 e maio de 2025, a entidade registrou 113 casos, com recorde de 42 municípios em 2023. Até 2020, apenas 41 cidades adotavam a tarifa zero. “Foi uma mudança de consciência nas gestões quanto à importância dos subsídios para manter o serviço com qualidade. Até 2020, apenas São Paulo, Curitiba e Brasília subsidiavam o transporte urbano”, compara Francisco Christovam, diretor-executivo da NTU.

Ele lembra que, na pandemia, com a queda de demanda e de arrecadação, não era possível reduzir a frota, o que poderia gerar aglomerações e consequente risco de propagação da covid-19. “Em busca de soluções, prefeitos e operadores de transporte debruçaram-se sobre as planilhas e chegaram a um modelo de subsídios que não onerava as tarifas em um momento de desaquecimento da economia”, afirma. Hoje, observa, o sistema de subsídio é praticado em cerca de 350 municípios. “Tarifa zero nada mais é do que subsídio integral do transporte. O maior desafio está na origem dos recursos”, ressalta.

CONTA COMPLICADA

Defensor histórico da tarifa zero, o urbanista Lúcio Gregori tentou, mas não conseguiu, implantar o sistema quando ocupou o cargo de secretário municipal de Transportes na gestão da ex-prefeita paulistana Luiza Erundina (1989–1992). “Na época, propúnhamos política progressiva no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e em outros impostos municipais, o que desagradou os interesses dos poderosos. Seria necessária uma reforma tributária mais am-



pla, que espero que ocorra no governo federal. A tarifa zero é viável, mas depende de vontade política”, pontua.

Em nível municipal, o urbanista sugere a instituição da Contribuição pelo Uso do Sistema Viário (ConUSV), pela qual o transporte individual custearia o transporte coletivo, isto é, os proprietários de automóveis que estacionarem na via pública pagariam uma taxa, que variaria conforme o ano, a marca e a potência do veículo. A criação dessa contribuição está contida na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 25/2023, de autoria de Erundina (PSol/SP) — hoje, deputada federal —, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Atualmente a tarifa de ônibus na capital paulista é de R\$ 5, o que dispendeu R\$ 6,5 bilhões como subsídio para as companhias em 2025. Sem o aporte, a passagem custaria entre R\$ 10 e R\$ 11. De acordo com Christovam, da NTU, o cálculo é mais complexo. “O financiamento para a tarifa zero exige um plano de custeio multifonte, com recursos do governo federal e medidas específicas, como o pedágio urbano”, elenca.

Segundo estimativas da NTU, a adoção ampla e irrestrita da tarifa zero exigiria subsídios de R\$ 120 bilhões em todo o País — R\$ 75 bilhões para os ônibus urbanos, R\$ 15 bilhões para os sistemas de metrô e ferroviário e o restante para o aumento da demanda de passageiros. De acordo com a entidade, existem, hoje, 107 mil ônibus urbanos em circulação, com uma tari-

fa média nacional de R\$ 4,63. “A NTU entende ser mais viável uma tarifa módica, entre R\$ 1 e R\$ 2”, relata. Como exemplo, o dirigente cita o município de Paulínia, no interior de São Paulo. A cidade, que recebe *royalties* da Petrobras, adotou o modelo parcial entre 2013 e 2018 e, agora, cobra R\$ 1 pela passagem.

O engenheiro Marcus Quintella, diretor da FGV Transportes, centro de estudos do setor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), explica que tornar o transporte público gratuito exige um planejamento de longo prazo, que vai além da fonte dos recursos de financiamento, porque a tarifa zero traz um aumento da demanda, e a qualidade dos serviços precisa ser preservada. Há, ainda, a concorrência com os aplicativos e com o transporte clandestino. Além disso, um eventual retorno ao pagamento de passagem poderia causar desgaste político. “Em razão desses fatores, o modelo tarifa zero é mais viável em cidades com até 50 mil habitantes, exceto se existirem fontes de receita extraorçamentárias”, sugere.

Autor do livro *A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013* (Editora Zahar, 2023), no qual analisa as consequências dos movimentos de junho de 2013, Roberto Andrés, urbanista e professor na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entende que as bases para o financiamento da tarifa zero estão contidas na PEC 25/2023, em tramitação no Congresso. A proposta cria fontes de recursos e monta um sistema multifonte, a definir responsabilidades dos gestores no sistema de transporte público. Uma dessas fontes seria a contribuição das empresas, alterando o que é praticado no vale-transporte, que é facultativo e deduzido do funcionário.

“O modelo proposto seria de uma contribuição entre R\$ 200 e R\$ 250 por empregado, com isenção para as pequenas empresas. O valor financiaria a tarifa zero sem a necessidade de criação de novos impostos ou comprometimento do orçamento dos municípios”, detalha Andrés, citando um recente estudo da FGV que comparou 57 cidades com tarifa zero e 2.731 municípios que cobram passagem. “A gratuidade propiciou aumento de 3,2% em empregos, crescimento de 7,5% no número de empresas e redução de 4,2% na emissão de poluentes”, destaca.

No entanto, os números favoráveis não são suficientes para sensibilizar os legisladores. Em outubro do ano passado, os vereadores de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, rejeitaram um projeto que previa a criação de um fundo financiado por empresas com pelo menos dez funcionários para custear o transporte gratuito. “Houve pressão do prefeito e de empresários para derrubar o projeto, mesmo com aprovação popular”, lamenta Andrés.

Segundo Igor Pantoja, coordenador de Relações Institucionais da Rede Nossa São Paulo e do Instituto Cidades Sustentáveis, a derrota no caso de Belo Horizonte não representa um abalo no potencial do modelo. “A mudança do sistema de transporte acarreta transformações nos padrões de localização e desconcentração das atividades econômicas. A percepção dos gestores deveria ser quanto aos efeitos positivos gerados pelo maior poder de consumo dos trabalhadores decorrente da economia com gastos com transporte”, enfatiza.

EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS

Com cerca de 210 mil habitantes, Maricá, no Rio de Janeiro, é considerada por especialistas o melhor exemplo de sucesso da tarifa zero. O modelo foi implantado em 2014 e pesou o fato de a cidade ser o município com a maior dotação de receita provenientes de *royalties* do petróleo, já que está ao lado dos campos de exploração do pré-sal da Bacia de Campos. São aproximadamente R\$ 4 bilhões em *royalties* que, somados às demais receitas, geram um orçamento de R\$ 7 bilhões.

Segundo a Secretaria de Comunicação Social de Maricá, a frota da cidade é de 158 ônibus, com 3,5 milhões de deslocamentos mensais. Considerando a tarifa média de R\$ 5,21 cobrada nas capitais, um estudo da prefeitura projetou que, só entre janeiro e agosto de 2025, a gratuidade proporcionou uma economia de R\$ 127,4 milhões para as famílias.

No Estado de São Paulo, o modelo já foi adotado em três municípios com populações de mais de 100 mil habitantes, como São Caetano do Sul, na Grande São Paulo, com 167 mil habitantes; Itapetininga, com 158 mil, e Assis, que tem 102 mil moradores. “O desafio é orçamentário”, assegura Marcelo Pante, gestor de Mobilidade Urbana na Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob) da Prefeitura de São Caetano do Sul, que adotou o modelo em 2023. O gestor explica que, por tratar-se de uma política nova, não é como a Saúde ou a Educação, áreas com obrigatoriedade de destinação de recursos. Essa desobrigação “faz com que possa haver restrições orçamentárias que afetem o nível de qualidade do serviço”, alerta.

O segundo desafio, de acordo com Pante, é o equilíbrio entre oferta e demanda. Até atingir um nível de paridade, pode haver superlotação pontual e a necessidade de ajustes para cumprir o atendimento com qualidade. Com dez linhas e 48 veículos em operação, o custo mensal é de R\$ 2,8 milhões, provenientes do orçamento municipal. “Os próximos passos são a estruturação de fontes alternativas de recursos financeiros, para diminuir a dependência do orçamento da prefeitura, e dar mais sustentabilidade ao sistema”, avalia.

Em Itapetininga, a 440 quilômetros da capital paulista, o sistema foi lançado no fim de 2023, com média diária de 12 mil passageiros em uma frota de 24 veículos. Segundo a Secretaria de Comunicação da cidade, a prioridade é ampliar a frota e aumentar o número de linhas. Sem revelar números, informa que os principais objetivos são fomentar o Comércio, contribuir para a geração de empregos, estimular a economia local e desonerar a folha de pagamento de micro e pequenas empresas.

ROTA POA – SP

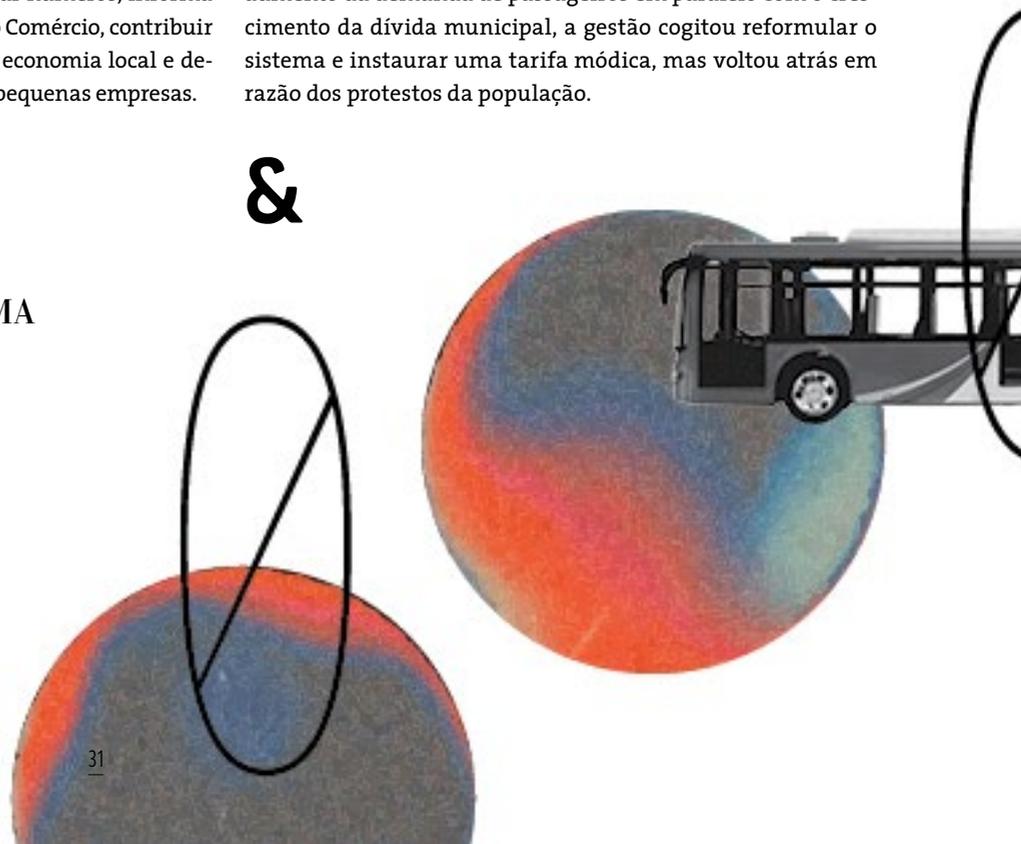
Nem todos sabem, mas o Movimento Passe Livre (MPL) não nasceu em São Paulo, mas durante o Fórum Social Mundial, em 2005, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Na sequência, expandiu-se para Florianópolis, capital de Santa Catarina, que registrou a Revolta da Catraca no mesmo ano. Militante do Tarifa Zero desde o início do MPL, o geógrafo Victor Khaled destaca o pioneirismo catarinense, mas considera que as manifestações de 2013, em São Paulo, foram o estopim para o crescimento da causa. “Junho de 2013 deixou o legado da nacionalização da nossa bandeira. Até 2013, eram apenas cidades com menos de 20 mil habitantes”, conta. Hoje, aos 39 anos, Khaled continua à frente do movimento. “A tarifa de R\$ 6,90 em Florianópolis é a mais cara do Brasil”, critica.

Embora a maioria dos municípios com tarifa zero esteja concentrada nas regiões Sudeste, com 102, e Sul, com 34, a maior cidade com o sistema em vigor é Caucaia, que tem 360 mil habitantes e fica na região metropolitana de Fortaleza, no Ceará, segundo o estudo da NTU. Implantado em 2021, com o nome Bora de Graça, o modelo tem enfrentado problemas orçamentários, apesar de ter resultado no aumento de 25% nas vendas do comércio local, segundo a prefeitura. Com o aumento da demanda de passageiros em paralelo com o crescimento da dívida municipal, a gestão cogitou reformular o sistema e instaurar uma tarifa módica, mas voltou atrás em razão dos protestos da população.

&

A NTU ENTENDE SER MAIS VIÁVEL UMA TARIFA MÓDICA, ENTRE R\$ 1 E R\$ 2.

FRANCISCO CHRISTOVAM, diretor-executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU)





Ilustrações: Jônia Caon

O PAPEL DAS EMPRESAS NA TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

O ano de 2026 começa marcado por desafios e oportunidades decisivas para o Brasil e para o mundo. Após a 30ª Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP30) da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em novembro do ano passado, em Belém, no Pará, ficou evidente que a transição para uma economia justa de baixo carbono não é apenas uma pauta ambiental, mas também um

imperativo ético e socioeconômico que precisa ser concebido e trabalhado de forma integrada. Ao mesmo tempo, o País prepara-se para eleições que testarão a solidez das instituições democráticas em um cenário global de polarização e desinformação. Essas questões não são isoladas — estão entrelaçadas e pedem transformação e respostas articuladas de toda a sociedade.



CAIO MAGRI,
*diretor-presidente
do Instituto Ethos*

O setor empresarial brasileiro está no centro dessa transformação. Empresas não são só motores econômicos. São agentes capazes de guiar políticas, moldar comportamentos e gerar confiança. Em 2026, a forma como as organizações responderão a quatro frentes interdependentes — clima, desigualdades, democracia e integridade — vai beneficiar os resultados, a estabilidade social e a imagem do Brasil no cenário internacional.

Estudo inédito do Ethos, divulgado durante a COP30, a pesquisa Impacta COP30, realizada com os seus associados em parceria com a GlobeScan, revela um bem-vindo comprometimento com os temas e aponta que ainda é preciso avançar com a efetividade das pautas. Segundo o levantamento, 96% das empresas respondentes afirmaram adotar medidas para mitigar impactos ambientais, mas apenas 41% produzem relatório formal de riscos climáticos, medida fundamental para a adoção de uma governança baseada em dados e metas acessíveis e verificáveis, conforme preconiza o Acordo de Paris, garantindo a transparência e o padrão de responsabilidade corporativa.

A agenda climática exige que compromissos assumidos nas conferências internacionais traduzam-se em resultados concretos. Iniciativas como o Impacta COP30: Além do Clima, documento que lançamos em Belém, buscam justamente transformar promessas em ações imediatas, articulando metas de mitigação e adaptação com estratégias corporativas e promoção de justiça socioambiental. Mais do que fortalecer reputações, essa postura tem a capacidade de influenciar políticas públicas e padrões globais, consolidando o Brasil como protagonista na transição energética e na proteção da Amazônia.

Ao mesmo tempo, cresce a urgência de proteger a democracia contra a desinformação. Em um ano eleitoral, a circulação das chamadas *fake news* ameaça as instituições e a estabilidade do ambiente de negócios. Nesse ponto, as empresas têm um papel importante na promoção de práticas responsáveis de comunicação e de governança digital que vai além do compliance — um compromisso para garantir um clima

corporativo estável e uma sociedade baseada em confiança.

Outro eixo estratégico deste ano envolve tecnologia e governança digital. A expansão da Inteligência Artificial (IA) traz grandes oportunidades, mas também riscos éticos que exigem enormes responsabilidades de toda a sociedade e de governos. Incorporar princípios de diversidade, direitos humanos e governança responsável na inovação é um passo essencial para evitar desigualdades digitais e garantir que a transformação tecnológica seja inclusiva. As empresas que lideram essa agenda antecipam as necessárias e urgentes regulações, bem como delineiam um diferencial ético e reputacional baseado em transparência e confiança. Por isso, já estamos trabalhando na construção de indicadores, guias práticos, ações coletivas e participação em fóruns mundiais, posicionando o setor empresarial e o Brasil como referências em tecnologia ética. Em um planeta cada vez mais orientado por dados, a ética e a responsabilidade digitais serão estratégicas e determinarão a eficiência operacional.

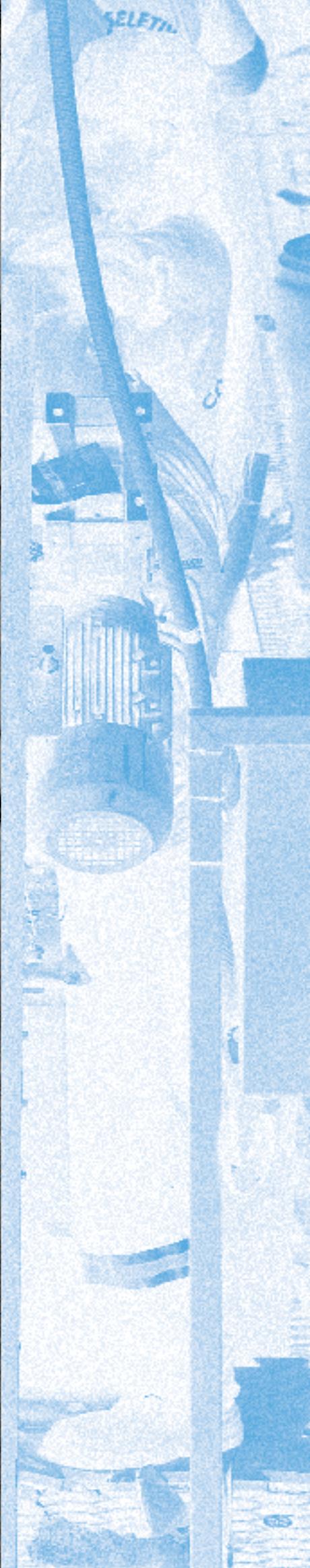
Por fim, não nos esqueçamos que nenhuma dessas frentes será sustentável sem enfrentar as desigualdades estruturais do País. Mobilizar esforços para ampliar diversidade, inclusão e remuneração justa, uma pauta sempre em discussão nas conferências do Ethos, é mais do que uma reivindicação social. É uma estratégia para fortalecer a coesão e a estabilidade necessárias ao desenvolvimento econômico. A redução das desigualdades, mais do que um imperativo ético, é condição para um mercado mais dinâmico, inovador e resiliente. Empresas que assumem esse compromisso contribuem para um círculo virtuoso de crescimento e cidadania.

Desejamos que o ano de 2026 seja um marco para redefinir prioridades e consolidar práticas empresariais que unam ética, sustentabilidade e inovação. Mais do que reagir a crises, é hora de liderar mudanças estruturais que garantam um futuro justo e responsável. As empresas que assumem esse protagonismo respondem às demandas do presente, além de desenvolverem as bases de um Brasil mais resiliente e competitivo e uma sociedade mais justa, ética e sustentável. O desafio está posto. As oportunidades, também.

**MAIS DO QUE
REAGIR A
CRISES, É HORA
DE LIDERAR
MUDANÇAS
ESTRUTURAIS
QUE GARANTAM
UM FUTURO
JUSTO E
RESPONSÁVEL**



&



QUEM GIRA A ECONOMIA CIRCULAR

O Brasil produz cerca de 80 milhões de toneladas de resíduos por ano, 382 quilos por habitante. No entanto, apenas 8% dos resíduos secos das cidades brasileiras seguem para a reciclagem, um porcentual ainda baixo – e potencial gigantesco para o meio ambiente e a geração de emprego e renda. Ainda estigmatizados, os catadores de recicláveis carregam boa parte da responsabilidade pela economia circular, mas a organização em cooperativas ganha espaço, com mais segurança e dignidade para os trabalhadores.

texto GUILHERME MEIRELLES

L



Foto: Edilson Dias

Localizada no movimentado bairro industrial da Lapa de Baixo, na zona oeste da Cidade de São Paulo, em meio à fumaça despejada pelas fábricas e pelos milhares de veículos que trafegam pela engarrafada Marginal Tietê, a Cooperativa de Reciclagem Crescer respira plástico, vidro, metal e papel. Em um contínuo vaivém de caminhões, chegam ao local, diariamente, em torno de 12 toneladas de resíduos recicláveis coletados nos domicílios da capital paulista e em grandes empresas parceiras. Despejados no galpão de 1,2 mil metros quadrados, tem início o processo de triagem e classificação.

Primeiro, os resíduos formam uma pilha de 10 metros diante de uma esteira elevatória de 7 metros, que os transporta até outra esteira de 18 metros. Diante dela, homens e mulheres alijados do mercado de trabalho convencional separam os 32 tipos de recicláveis em grandes sacos de plásticos — as *big bags* —, dispostos abaixo da plataforma. Uma vez limpo, moído, prensado

ou fundido, conforme o tipo, o material é vendido para as indústrias de reciclagem, a maioria em cidades do interior de São Paulo e em Estados vizinhos, como o Paraná, que abriga recicladoras de aparas de papel.

Nessas empresas, são transformados em embalagens e outros itens que retornam ao mercado, concluindo o ciclo da economia circular. Um processo virtuoso, mas que padece do desconhecimento de boas práticas por parte da sociedade, da ausência de políticas públicas e, principalmente, do preconceito da população, que ainda enxerga como cidadão de segunda classe o catador que perambula pelas ruas, ou o trabalhador que atua nas cooperativas.

“Houve uma evolução de 20 anos para cá”, observa Telines Basilio, conhecido como Carioca, ex-catador e atual presidente da Cooperativa de Coleta Seletiva da Capela do Socorro (Coopercaps) e da Confederação Nacional de Cooperativas de Trabalho e Produção de Recicláveis (Conatrec). “Antes, o perfil era de catadores e catadoras informais, porém, com o crescimento das cooperativas e o compromisso de empregar idosos, refugiados e egressos do sistema prisional, ganhamos mais respeito. Mas ainda há preconceito e invisibilidade dessa categoria que presta um serviço tão essencial”, reforça.

Segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2024, realizado pela Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), 41,5% dos resíduos são destinados de maneira inadequada,

8%

dos resíduos secos são encaminhados para a reciclagem

32%

dos municípios brasileiros têm coleta seletiva

67,2%

do material reciclável passa pelas mãos de catadores informais

FONTE: Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema).

**ENTRE OS COOPERADOS, A REMUNERAÇÃO
VARIA ENTRE R\$ 2 MIL E R\$ 3 MIL MENSAIS.
MAS, NO UNIVERSO DA RECICLAGEM,
O VOLUME MAIS EXPRESSIVO DA MÃO
DE OBRA FICA COM OS CATADORES
INFORMAIS: 800 MIL TRABALHADORES**

já que os lixões ainda recebem 35% de tudo o que é descartado no País. A mesma pesquisa revela que apenas 8% dos resíduos secos foram encaminhados para a reciclagem. Isto é, 6,7 milhões de toneladas de recicláveis não cumprem o ciclo da economia reversa. O estudo também concluiu que 67,2% do encaminhamento ocorreu por meio de catadores informais, que venderam o material para ferros-velhos, enquanto apenas 32,8% do material coletado veio das concessionárias municipais, de empresas e de cooperativas. Segundo a Abrema, apenas 32% dos municípios brasileiros contam com coleta seletiva.

Os números do setor, ainda modestos, apontam para um lado da reciclagem invisível para a maioria dos brasileiros. A Conatrec reúne 153 cooperativas de sete Estados mais o Distrito Federal, as quais congregam 3.755 cooperados, registrados pelo modelo de cooperativismo, remunerados conforme a produção e a receita auferida pela cooperativa, com direitos trabalhistas assegurados — equipamentos de segurança, seguro de vida por acidentes de trabalho, contribuições para a Previdência Social, descanso anual remunerado e bonificação de fim de ano. Em média, a remuneração mensal de um cooperado varia entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil. No entanto, no universo da reciclagem, o volume mais expressivo da mão de obra ainda é de catadores informais. Segundo estimativa do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), há aproximadamente 800 mil catadores de materiais recicláveis.

No caso do município de São Paulo, as cooperativas recebem um subsídio direto da prefeitura para pagamento de aluguel e despesas de manutenção. “Aqui, somos mais maduros. Fora de São Paulo, falta conhecimento do modelo de cooperativismo”, sustenta Jair do Amaral, presidente da Federação Paulista de Cooperativas de Reciclagem (Fepacoore) e fundador da Crescer, que conta com 62 coope-

rados — de jovens até então desempregados a idosos em busca de recomeços e renda.

É o caso da cearense Maria Audie, de 76 anos, mãe de dois filhos e avó de dois netos, há 16 anos na função de triagem de materiais. “O trabalho me mantém ativa e com saúde. Não penso em parar e quero trabalhar por pelo menos mais dez anos”, assegura. Há um ano na mesma função, o também cearense Osmar Lopes da Silva, de 69 anos, trabalhou por décadas como ajudante de pedreiro. Desempregado, ofereceu-se para trabalhar na cooperativa e diz que está feliz com a atividade. Segundo Amaral, o repasse mensal de R\$ 60 mil que a Crescer recebe da Prefeitura de São Paulo é suficiente para manter a cooperativa, mas ele defende a adoção de um modelo semelhante ao praticado em Guarulhos, cidade da Grande São Paulo onde a prefeitura remunera pelos serviços ambientais prestados pelas toneladas de resíduos que deixam de ir aos aterros sanitários.

VALOR DE MERCADO

Na reciclagem, cada material equivale a uma commodity, com preços que variam de acordo com o interesse do mercado. A principal receita das cooperativas vem dos plásticos. O quilo de PET (politereftalato de etileno) é vendido para as indústrias por R\$ 4,50, e o quilo do polietileno de alta densidade, como as embalagens de xampu e detergente, está cotado a R\$ 4. O item mais valioso é a latinha de alumínio, R\$ 12 por quilo. Mas esse produto é raro nas cooperativas em razão da atuação dos catadores de rua, que historicamente dominam o mercado. Segundo a Recicla Latas, associação mantida pelos fabricantes e recicladores de alumínio, o índice de reciclagem em 2024 foi de 97,3%, patamar mantido há 16 anos — em 2022, chegou a 100%. Fica evidente a força da informalidade na economia circular.



Foto: Guilherme Meirelles

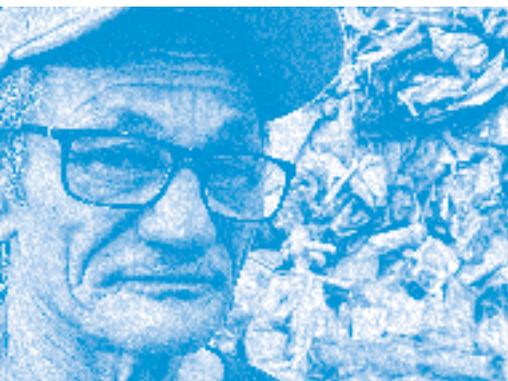


Foto: Edilson Dias

COOPERADO OSMAR
LOPES DA SILVA

A indústria brasileira de reciclagem processa mais de 15 milhões de toneladas de materiais todos os anos, ao valor de R\$ 80,7 bilhões, segundo pesquisa da Mastersenso Consultoria Industrial. O Brasil ainda desperdiça um grande potencial em reciclagem de materiais, principalmente no pós-consumo. Anualmente, são geradas cerca de 80 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, 50% de orgânicos, 30% de recicláveis e 20% de sobras e resíduos higiênicos.

Apesar de ainda haver muito a ser feito para um manejo ideal dos resíduos produzidos, há avanço referente aos serviços municipais de coleta de resíduos sólidos, tanto orgânicos quanto recicláveis. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a coleta por caminhões atingiu 86,9% dos 77,3 milhões de domicílios brasileiros em 2024, o que representa crescimento em relação a 2016, quando era de 82,7%. Por sua vez, setores da sociedade civil têm chamado a atenção para a importância da economia circular.

Cristiane Cortez, assessora do Conselho de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), explica que a Entidade prioriza a divulgação da logística reversa entre os associados, por meio de parcerias com associações de eletroeletrônicos, lâmpadas e óleo vegetal. “Os estabelecimentos que contam com locais de coleta seletiva ganham pontos com o cliente”, opina. A Federação divulga suas ações por meio de material distribuído para as associações parceiras, que atuam como gestoras na orientação dos pontos de descarte, com código QR e adesivos de fácil visibilidade para os consumidores. “Uma das principais recomendações é quanto à obrigatoriedade da logística reversa nos casos em que a coleta de materiais recicláveis supere 200 litros diários”, reforça Cristiane. Até esse volume, os resíduos podem ser colocados em sacos plásticos adequados e coletados pelas concessionárias. Acima dessa quantidade, no caso dos recicláveis, as empresas devem procurar uma cooperativa ou um local autorizado de comercialização de sucata.

INICIATIVA PAULISTANA

Lançada em 2018 na capital paulista, a plataforma Recicla Sampa tornou-se, em pouco tempo, uma referência em matéria de educação ambiental. Recebeu o prêmio internacional IF Design Award 2025, no Japão, em razão de sua originalidade estética e do seu impacto social. “Somos a maior base de dados de pontos de reciclagem do Brasil, incluindo iniciativas públicas, privadas e do terceiro setor. Não há plataforma semelhante à nossa”, comemora Felipe Soutello, idealizador do projeto e sócio da agência D4G do Recicla Sampa.

Na plataforma, o usuário encontra informações sobre a reciclagem em São Paulo, como os endereços dos mais de 120 pontos de coleta de recicláveis — os ecopontos —, os dias e os horários da coleta seletiva nas ruas e o conteúdo de educação ambiental para estudantes, além de áudios e vídeos sobre o setor e atividades das cooperativas, com participações do rapper Thaíde, do ex-VJ da MTV Cazé Pessini e da influenciadora Karina Pegolato. “O público é majoritariamente feminino e as áreas mais acessadas são as dos ecopontos e dos dias e horários de coleta seletiva”, detalha Soutello.

**“A BITRIBUTAÇÃO PENALIZA O SETOR
DA RECICLAGEM E É UM GARGALO
PARA A ECONOMIA CIRCULAR.
DEVERIA HAVER UMA LEGISLAÇÃO
ESPECÍFICA PARA OS RECICLADOS.”**

PATRÍCIA IGLECIAS, advogada especialista em
Direito Ambiental e ex-presidente da Companhia
Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)

Segundo o executivo, o custo anual do projeto é de aproximadamente R\$ 5 milhões, recursos que vinham das concessionárias Loga e Ecourbis, que detinham o contrato de coleta urbana desde 2004. Em 2024, os contratos dessas concessionárias foram renovados por mais 20 anos pela Prefeitura de São Paulo, mas a obrigatoriedade da destinação da verba não foi incluída nos termos de renovação, o que resultou em uma nova estratégia por parte do Recicla Sampa. “O projeto continua, não vai parar. Estamos buscando patrocínios de marcas e parcerias com cooperativas, mas vamos manter a nossa independência. Não seremos reféns das concessionárias”, garante Soutello, que vem mantendo a plataforma no ar com recursos de sua agência. A principal mudança, esclarece, foi a paralisação na produção de audiovisuais. A única queixa é quanto ao envolvimento do setor público. “Em São Paulo, a prefeitura poderia ser mais engajada na reciclagem e na separação de resíduos”, ressalta.

Por meio da assessoria de imprensa, sem explicar as razões da descontinuidade do apoio ao projeto, a agência municipal SP Regula, responsável pela gestão dos contratos, informou que atualmente as concessionárias mantêm os programas Ver de Pertto (da Ecourbis) e Ecoeducação (da Loga). Segundo o comunicado, “já foram realizadas aproximadamente 19 mil ações em instituições de ensino, empresas e órgãos públicos”. O comunicado acrescenta que as concessionárias estão elaborando novos planos de atuação, alinhados com os direcionamentos estabelecidos nos contratos e as inovações tecnológicas, com o objetivo de aprimorar os serviços prestados e aumentar a eficiência na gestão de resíduos, “sempre com foco em sustentabilidade e educação ambiental”.

GARGALOS DO CÍRCULO

Primeira mulher a ocupar a presidência da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), professora na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP) e especializada em Direito Ambiental, a advogada Patrícia Iglecias critica a bitributação que incide sobre os produtos reciclados. “Ela penaliza o setor da reciclagem e é um gargalo para a economia circular”, destaca. Por isso, a advogada defende uma legislação exclusiva para os reciclados. Hoje, a maioria dos Estados cobra o Imposto so-

bre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de produtos reciclados, com exceção de algumas unidades da Federação, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná, que contam com legislações específicas para produtos oriundos de cooperativas e que circulem internamente. Há também a polêmica sobre a proibição de tomar créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para as indústrias de reciclagem, que acabam pagando esses tributos mesmo quando já foram cobrados na origem do material. A questão chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas ainda não está equacionada. “A expectativa é que seja definida claramente com a Reforma Tributária”, revela Patrícia.

Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), pontua que os desafios para a sustentabilidade do mercado de reciclagem vão além da bitributação e revelam uma falta de estrutura histórica do País. “Há uma concentração de indústrias de reciclagem em poucas regiões, dificuldades logísticas, ausência dessas indústrias para alguns tipos de

materiais e também a volatilidade do valor dos recicláveis no mercado, que prejudica a estabilidade financeira dos catadores”, enumera.

Segundo Ziulkoski, os municípios têm buscado fazer a sua parte na gestão de resíduos sólidos, mas as pequenas cidades, aquelas com até 50 mil habitantes, têm mais dificuldades de conseguir apoios técnico e financeiro para eliminar lixões e implantar aterros sanitários, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). “Consórcios intermunicipais entre cidades maiores e menores, diante do alto custo das obrigações municipais e da necessidade de equipe técnica especializada, seriam uma solução”, sugere. De acordo com pesquisa da CNM, a maior parte dos recursos orçamentários do MMA, em 2022 e 2023, foi destinada ao pagamento de pessoal. “Em 21 anos, menos de 1% dos recursos foram direcionados a municípios e consórcios intermunicipais e não houve aumento significativo desde 2002”, afirma.

&

JAIR DO AMARAL, FUNDADOR DA COOPERATIVA CRESCER E PRESIDENTE DA FEPACOORE



Foto: Edilson Dias

Brasileiros influentes

texto AGÊNCIA BORI*



CARLOS MONTEIRO

Foto: Léo Ramos Chaves | FAPESP



PAULO SALDIVA

Foto: Divulgação



ALUISIO BARROS

Foto: Daniela Xu

Cientistas são cada vez mais cobrados para que suas pesquisas tenham impacto direto para a sociedade. Agora, isso já é mensurável: 107 pesquisadores brasileiros estão entre os mais citados em documentos que embasam tomadas de decisão mundo afora. Os dados são de um relatório inédito, fruto da parceria entre a Agência BORI de divulgação científica e a Overton, maior plataforma internacional dedicada a mapear a interface entre ciência e políticas públicas. O documento foi publicado no fim de outubro.

Para chegar à lista, a BORI e a Overton identificaram pesquisadoras e pesquisadores brasileiros mencionados em documentos estratégicos, relatórios técnicos e pareceres usados por governos, organismos internacionais e organizações da sociedade civil, cada um com pelo menos 150 citações. Assim, foram mapeados 107 cientistas. O levantamento mostra que a produção desses pesquisadores embasou mais de 33,5 mil documentos de políticas públicas publicados desde 2019. Quase um quarto dos nomes (22) é da Universidade de São Paulo (USP).

Os cinco pesquisadores mais influentes nas tomadas de decisão são da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e da USP. Na ordem: Cesar Victora (UFPel), Carlos Monteiro (USP), Aluisio J. D. Barros (UFPel), Paulo Saldiva (USP) e Pedro Hallal (UFPel). Todos atuam na saúde, ou na intersecção entre saúde e ambiente, e somam mais de 5,5 mil citações em documentos ligados a decisões públicas.



PEDRO HALLAL

Foto: Divulgação

Victora, professor emérito na UFPel, que lidera a lista, acredita que embasar e direcionar políticas públicas é o “mais alto reconhecimento que um cientista pode receber da sociedade”. Segundo ele, “somente com políticas e programas baseados em evidência científica poderemos neutralizar a circulação de falsas e perigosas informações”. O professor tem 231 trabalhos acadêmicos mencionados em mais de 3,1 mil documentos de políticas públicas, com foco sobretudo em aleitamento materno. Seus estudos fundamentaram a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, no Brasil, e um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre desenvolvimento infantil, que, por sua vez, impactou quase duas centenas de outros documentos em 21 países.

Logo após Victora, aparecem Monteiro (USP), referência mundial em alimentação e nutrição, criador da classificação de alimentos NOVA e influente em políticas de rotulagem e combate a ultraprocessados; Barros (UFPel), epidemiologista que contribuiu para políticas de saúde materno-infantil e avaliação de programas sociais; Saldiva (USP), patologista e pesquisador de referência em poluição do ar e saúde urbana; e Hallal (UFPel), epidemiologista reconhecido por liderar inquéritos nacionais de prevalência de covid-19 e por sua atuação em políticas de promoção da atividade física.

Juntos, esses cientistas ilustram a capacidade da pesquisa brasileira de dialogar com desafios globais, da nutrição à urbanização, e de gerar evidências que moldam decisões públicas dentro e fora do Brasil. “Compreender quais cientistas influenciam as políticas — e quem está faltando nessa conversa — é essencial para fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências”, ressalta Euan Adie, fundador e diretor da Overton.

POUCAS MULHERES

Os dados também evidenciam desigualdades. Há baixa presença de mulheres entre os pesquisadores brasileiros que mais influenciam políticas públicas: das 107 pessoas mapeadas, apenas 22 são mulheres (20,5%).

Alguns nomes ilustram a relevância dessa presença, como o de Ester Sabino (USP), com forte atuação no estudo de vírus emergentes e com papel fundamental durante a pandemia de

covid-19. Há também mulheres em destaque na análise específica sobre documentos relacionados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que trata de ações contra a mudança global do clima (ODS 13). O relatório identificou os 50 pesquisadores brasileiros mais citados nessa agenda, que somam mais de 7,6 mil menções.

É o caso de Luciana Gatti, pesquisadora titular no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), citada no relatório *Forest and Ice Tipping Points in the Earth System*, publicado em 2025 pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que alerta para os riscos de colapso de grandes sistemas naturais, como a Amazônia e as calotas polares, diante do aquecimento global. Ela também é citada em um documento brasileiro, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que apresenta indicadores técnicos sobre emissões e remoções de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Outro exemplo é o de Mercedes Bustamante, professora associada da Universidade de Brasília (UnB), cujo trabalho embasou o *Workshop Report on Biodiversity and Pandemics*, da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), de 2020, que foi utilizado como referência em mais de 130 documentos de políticas ambientais globais. A sua produção também foi citada em documento do MCTI, contribuindo para a consolidação de dados nacionais de mitigação das mudanças climáticas.

Segundo Ana Paula Morales, cofundadora e diretora da BORI, a incidência do conhecimento científico em tomadas de decisão passa pela co-

Foto: Daniela Xu



CESAR VICTORA



**CONFIRA AQUI
A ÍNTEGRA
DO RELATÓRIO**

municação do que é feito na academia. “Quando a evidência é comunicada de forma clara e acessível, ela molda o entendimento público e capacita a sociedade para exigir decisões apoiadas no conhecimento”, ressalta.

Sabine Righetti, cofundadora da BORI e pesquisadora no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (Labjor/Unicamp), concorda, ressaltando que o relatório mostra que a ciência não é periférica para o Estado, mas um dos seus instrumentos de governança. “Reconhecer essa conexão fortalece a democracia, porque a formulação de políticas baseada em evidências é a expressão mais concreta da razão pública”, completa.

&

*A Agência BORI é um serviço único que conecta a ciência a jornalistas de todo o País. Na BORI, a imprensa encontra dados confiáveis e pesquisas científicas inéditas e explicadas, além de materiais de apoio e contatos de cientistas de todas as partes do Brasil, preparados, pela agência, para atender os jornalistas. Acesse www.abori.com.br.

PB



texto DIMALICE NUNES

Para ler

UM DEFEITO DE COR

Ana Maria Gonçalves — Editora Record



A escritora Ana Maria Gonçalves tomou posse na Academia Brasileira de Letras (ABL) no fim de 2025, tornando-se a primeira mulher negra e a pessoa mais jovem a ocupar uma cadeira na instituição. Mineira, fez carreira como publicitária em São Paulo antes de se mudar para a Bahia e se dedicar exclusivamente à escrita. O seu romance *Um defeito de cor*, de 2006, é considerado um dos mais importantes deste século. Em quase mil páginas, o livro conta a saga de Kehinde, mulher negra que, aos oito anos, é sequestrada no Reino do Daomé, atual Benin, e trazida para ser escravizada na Ilha de Itaparica, na Bahia. A personagem foi inspirada em Luísa Mahin, que teria sido mãe do poeta Luiz Gama e participado da célebre Revolta dos Malês, movimento liderado por escravizados muçulmanos a favor da Abolição.

Para ver

EXPOSIÇÃO HIP HOP 80'SP — SÃO PAULO NA ONDA DO BREAK

Sesc 24 de Maio — até 29 de março



A exposição, que tem curadoria compartilhada entre OSGEMEOS, Rooneyoyo O Guardião, KL Jay, Thaíde, Sharylaine, ALAM Beat e Rose MC, apresenta os primeiros passos da revolução cultural que foi o hip-hop, desde suas origens no sul do Bronx, em Nova York, até sua difusão em São Paulo. O público tem a chance

de voltar à década de 1980 e reviver a energia que marcou gerações, com mais de 3 mil itens de colecionadores nacionais e internacionais. Dentre os objetos, estão fotografias raras, livros, revistas, figurinos, desenhos originais, equipamentos de som e depoimentos inéditos de personagens que fizeram (e fazem) a história desse movimento cultural até os dias de hoje.

Para ler

CONVERSA INFINITA: ENTREVISTAS SOBRE PSICANÁLISE

Mariano Horenstein — Quina Editora



De Marina Abramovic a Caetano Veloso, de Jorge Drexler a David Cronenberg. O psicanalista argentino Mariano Horenstein correu o mundo para investigar a relação de grandes nomes da cultura, da intelectualidade e das artes com a psicanálise, seja por suas experiências próprias, seja pelo diálogo da abordagem psicoterapêutica com o que esses nomes produziram. O resultado de muitas horas de conversa foi reunido em livro, num formato de entrevistas leves que permite ao leitor conhecer essas personalidades por uma perspectiva mais intimista, sem o foco convencional da divulgação do seu trabalho. E ao extrapolar a vivência dos entrevistados, os diálogos oferecem uma rica visão das conexões entre a psicanálise e a criação artística.

Para ler

LONGE DO NINHO

Daniela Arbex — Intrínseca



Em 8 de fevereiro de 2019, o Brasil foi impactado pela morte de dez adolescentes em um incêndio no alojamento do Flamengo, o Ninho do Urubu. O fogo começou por volta das 5h30, com um curto-circuito no ar-condicionado. Depois, veio à tona que o local não tinha alvará e era registrado como um estacionamento. Ao entrevistar peritos e familiares, além de reunir um vasto acervo de documentos, a jornalista Daniela Arbex mergulhou no caso e reconstruiu o que antecedeu a tragédia. O livro venceu o Prêmio Jabuti 2025 na categoria Biografia e Reportagem. É o terceiro Jabuti de Daniela, autora de *Cova 312* (Intrínseca, 2019) — sobre como as Forças Armadas mataram o jovem militante Milton Soares de Castro, forjaram seu suicídio e sumiram com o corpo na ditadura — e *Holocausto brasileiro* (Geração Editorial, 2013, e Intrínseca, 2019), que denuncia a morte de 60 mil pessoas no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, em Minas Gerais.

O FENÔMENO ITAMAR VIEIRA JÚNIOR

Há muito me organizava para escrever a respeito de Itamar Vieira Júnior, considerado atualmente o mais proeminente e destacado autor nas letras nacionais. Dono de um estilo híbrido e de uma visão cortante da realidade político-social brasileira, Itamar tem sido visto como aquele que ressignificou o sertão e o regionalismo na literatura brasileira contemporânea.

Nascido em Salvador, na Bahia, em 1979, de família bem humilde, residiu em Pernambuco na adolescência e, mais tarde, mudou-se para São Luís, no Maranhão. De volta à Bahia, fez toda a sua formação acadêmica — graduação, mestrado e doutorado em Geografia — na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desenvolveu sua tese doutoral na área dos Estudos Étnicos e Africanos, quando pesquisou a formação das comunidades quilombolas na Chapada Diamantina, assunto aproveitado e semantizado na sua obra mais conhecida, o romance *Torto arado*.

Com profunda sensibilidade social e um aguçado olhar crítico sobre a formação — sempre injusta! — da sociedade brasileira, principalmente dos interiores do País, Itamar soube unir realidade e ficção. Além disso, cria e manipula a ficção não como mentira ou invenção literária, mas como uma nova forma de verdade, até mais perigosa do que a própria realidade em si. Sua abordagem do sertão baiano é interessante e rica, levando os críticos a afirmarem que o autor reinventou o sertão na literatura brasileira.

Já se falou muito, e concordo plenamente, que a literatura brasileira nunca abandonou o regionalismo como espaço criativo de representação e de denúncia das agruras das nossas vidas social e política. Em sua obra, que cresce com imenso vigor, Itamar ressignifica e repensa o sertão e o seu lugar no Brasil de hoje: não mais aquele sertão corroído dos romances nor-

destinos da década de 1930, mas um sertão atual, problemático, que resiste, distante apenas na geografia e que se interliga ao mundo pelo celular e pela internet.

Itamar já publicou *Dias* (Caramurê, 2012), *A oração do carrasco* (Mondrongo, 2017), *Doramar ou a odisseia: histórias* (Todavia, 2021), *Torto arado* (Todavia, 2019), *Salvar o fogo* (Todavia, 2023) e *Coração sem medo* (Todavia, 2025), sendo que os três últimos formam a Trilogia da Terra. *Torto arado* já ultrapassou a incrível marca de 1 milhão de exemplares vendidos, sobre o qual passo a refletir. Seu enredo narra a história trágica e complexa das irmãs Bibiana e Belonisia, de origem muito pobre e marcadas por um acidente de infância, o que aumenta a exclusão social e humana, levando-as a viver em condições de trabalho escravo contemporâneo numa fazenda na Chapada Diamantina.

Nesse espaço e tempo, Bibiana e Belonisia metaforizam muito do que entendemos do Brasil e do seu processo de segregação e produção da miséria. Mas também há todo um esforço de resistência das irmãs, de luta pela sobrevivência e de busca incessante por uma força para viver, inclusive, na vivência e prática da fé recebida dos seus antepassados. Nessa perspectiva, *Torto arado* apresenta particularidades religiosas da região, como a prática do jarê — religião de matriz africana ainda pouco conhecida e que dialoga com certas tradições próprias do candomblé e da umbanda, aspecto importante e fundamental na narrativa.

Em termos de crítica e de historiografia literárias, ainda é cedo para sabermos o real lugar que Itamar ocupa na literatura brasileira. Lembro sempre do conselho de Álvaro Lins — compartilhado por Alceu Amoroso Lima —, segundo o qual são necessários uns 20 ou 30 anos para classificarmos de vez a obra de um escritor, bem como para definir o seu papel num contexto literário. Longo ou não esse período, o fato é que Itamar ainda é muito analisado mais pela perspectiva do fenômeno literário, pois é fato realmente digno de se considerar que em tão pouco tempo tenha vendido tanto, seguindo aclamado pela crítica, sempre inflexível e avessa aos *best-sellers*. Mas não tenhamos dúvida: a escrita de Itamar Vieira Júnior é séria e tem qualidade — e veio para ficar e marcar a literatura brasileira.



LEANDRO GARCIA,
professor na
Faculdade de Letras da
Universidade Federal
de Minas Gerais (UFMG)



RESGATE DE DIREITOS

Há 80 anos, no dia 1º de fevereiro de 1946, uma sexta-feira, às 14 horas, foi instalada no Rio de Janeiro, então capital da República, a Assembleia Nacional Constituinte. Sua missão era elaborar uma Constituição que restaurasse a democracia e as liberdades, então abolidas pela ditadura do Estado Novo (1937–1945). Era a quarta vez que ocorria uma Assembleia Constituinte desde a Independência do Brasil, em 1822, e mais uma quinta ainda estaria por vir, em 1988, após o fim da ditadura militar (1964–1985).

texto HERBERT CARVALHO

Antes de 1946, houve constituintes em 1823 — dissolvida pelo imperador Pedro I, que decidiu outorgar ele próprio a Constituição vigente durante todo o período do Império —; em 1891, após a Proclamação da República; e em 1934, para institucionalizar o governo provisório de Getúlio Vargas, advindo da Revolução de 1930.

Assembleias constituintes com representantes eleitos pelo povo para promoverem mudanças radicais em relação ao regime anterior consagraram-se com a Independência dos Estados Unidos da América (1776) e a Revolução Francesa (1789). Em 1945, após a derrota do nazismo e do fascismo na Segunda Guerra Mundial, elas ocorreram em países como a Itália e o Brasil para varrer vestígios das respectivas ditaduras.

Eleitos dois meses antes, em 2 de dezembro de 1945, no mesmo pleito em que o

general Eurico Gaspar Dutra se tornou presidente da República, 320 parlamentares reuniram-se durante oito meses, no Rio, no Palácio Tiradentes, construído no mesmo local da Cadeia Velha, de onde o mártir da Inconfidência saíra, em 1792, para ser enforcado por ordem da coroa de Portugal.

Criados apenas alguns meses antes, os três principais partidos que controlariam a política brasileira até 1965, quando foram dissolvidos pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), obtiveram o maior número de cadeiras. Em primeiro lugar, disparado, o Partido Social Democrático (PSD), reduto do setor agrário e de oligarquias estaduais, contava com 177 constituintes (53,96% do total). A seguir, o antigetulismo feroz representado pela União Democrática Nacional (UDN), que agregava camadas médias urbanas, garantindo 87 parlamentares. Em terceiro lugar, o Partido

Trabalhista Brasileiro (PTB), que mesclava sindicalistas e funcionários públicos, com 24 cadeiras. PSD e PTB tinham Vargas como presidente de honra, e o próprio ex-ditador fazia parte da Constituinte como recordista de votos, ao contrário do que ocorreu na Itália, onde o líder fascista Benito Mussolini acabou pendurado num poste.

Em quarto lugar, com 15 representantes, veio o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, desfrutando de uma legalidade inédita — que seria breve. Seu líder, Luís Carlos Prestes, saíra da cadeia para os comícios ao lado de Vargas, o ditador que entregara a esposa judia de Prestes, Olga Benário, para ser morta num campo de concentração pelos nazistas. Partidos pequenos da época, como o Democrata Cristão (PDC) e o Social Progressista (PSP), do paulista Ademar de Barros, dividiam as 17 cadeiras restantes.

Uma comissão de 37 membros, composta de forma proporcional ao peso de cada partido, foi encarregada de redigir a Constituição. Enquanto isso acontecia, o Plenário pegava fogo em episódios que marcaram a crônica política da época. Um deles ocorreu quando, decorridos quatro meses do início dos trabalhos legislativos, Vargas finalmente deixou o seu retiro no Rio Grande do Sul para tomar posse do mandato legislativo. “Foi um massacre verbal”, resume o biógrafo Lira Neto sobre a tumultuada sessão que acabou por aprovar moção de aplauso às Forças Armadas, por terem derrubado Vargas em 29 de outubro de 1945. Ele a tudo assistiu calado e impassível, como era o seu estilo.

VISITA ILUSTRE

Também entrou para a história o dia em que o general americano Dwight Eisenhower, chefe das Forças Aliadas vitoriosas na Segunda Guerra, foi recebido em sessão solene pela Constituinte. Isso aconteceu porque o líder da UDN, Otávio Mangabeira, após saudá-lo em discurso, curvou-se e beijou a mão do visitante, gesto flagrado pelo fotógrafo Ibrahim Sued, que se tornaria famoso como colunista social. A imagem gerou intenso debate público acerca da relação do Brasil com os Estados Unidos, sendo interpretada como símbolo de subserviência. Igualmente, uma fotografia do deputado Barreto Pinto (PTB) de cuecas e casaca, publicada pela revista

O Cruzeiro, fazia dele o primeiro parlamentar brasileiro cassado por falta de decoro.

O projeto da nova Carta, apresentado em 27 de maio, recebeu 4.092 emendas. Uma delas, a de nº 3.218, assegurava: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes. As associações religiosas adquirirão personalidade jurídica na forma da lei civil”. Apresentado pelo deputado do PCB e escritor Jorge Amado, ateu e comunista, que abordou a perseguição às religiões de matriz africana em livros como *Jubiabá* e *Tenda dos milagres*, o texto não só foi aprovado como, hoje, integra, com mínima diferença de redação, a Constituição atual vigente, de 1988, em seu artigo 5º, inciso VI, que acrescenta: “A proteção aos locais de culto e suas liturgias”.

A Constituição de 1946, promulgada em 18 de setembro, manteve conquistas sociais, como a educação pública e a legislação trabalhista. Restabeleceu a liberdade de imprensa e de opinião. Previa eleições diretas para o Executivo e o Legislativo nas esferas da União, dos Estados e dos municípios. Para a Presidência, definiu o mandato de cinco anos, sem direito a reeleição.

Ademais, seria eleito quem obtivesse a maioria dos votos, em turno único.

Os aspectos negativos eram a exclusão do direito de voto dos analfabetos (contingente então expressivo da população adulta), a restrição ao direito de greve, a não extensão aos trabalhadores rurais dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a interferência cada vez maior dos militares nos negócios da República.

A democracia restaurada sofreria arranhões em 1947, quando, já em plena Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o PCB teve o registro cassado e os parlamentares comunistas perderam os mandatos. Mesmo assim, durante as duas décadas em que vigorou, a Constituição de 1946 garantiu o crescimento econômico dos “Anos Dourados” e possibilitou a resistência aos assédios autoritários, até finalmente sucumbir ao golpe de 1964.

&





jean galvão



a culpa é da ciência

E podemos provar com evidências científicas.

A **Culpa é da Ciência** é uma newsletter que compartilha notícias frescas, além de bastidores e reflexões sobre a ciência brasileira com foco nas pesquisas disseminadas pela Bori que pautaram a imprensa. Também mostramos as engrenagens que movem a construção de conhecimento científico e como ele se conecta com nossa vida prática.

Com um tom leve e direto, trazemos um olhar aguçado sobre a produção científica nacional e grandes questões que as permiam, da política científica à economia.

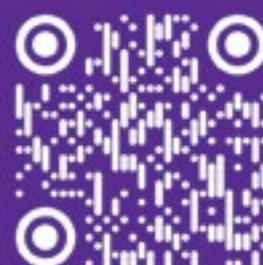


abori.com.br

bori

soluções para um conhecimento científico acessível

A "Culpa" é sua também. Assine e receba gratuitamente no seu e-mail:



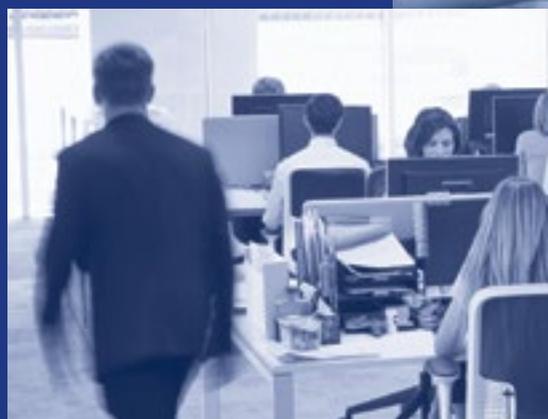
aculpaedaciencia.abori.com.br



FECOMERCIO-SP | 87 ANOS
& SINDICATOS FILIADOS

NESTE EXATO MOMENTO, ESTAMOS TRABALHANDO PELO EMPREENDEDOR.

Exatamente como fazemos há 87 anos. Procuramos caminhos e criamos possibilidades para o sucesso do empresário brasileiro. Representamos os seus interesses em todas as esferas de Poder, defendemos seus direitos, negociamos, produzimos conteúdo que faz a diferença, disponibilizamos produtos e serviços que agilizam os seus negócios e muito mais.



TODOS OS DIAS, FAZEMOS MUITO POR VOCÊ!
QUER SABER MAIS?

ACESSE FECOMERCIO.COM.BR